

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	102
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	108
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	42.296.789.606
Preferenciais	0
Total	42.296.789.606
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	31.368.450	2.038.833	1.960.814
1.01	Ativo Circulante	5.943.224	1.075.113	891.298
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.075.363	198.460	108.012
1.01.02	Aplicações Financeiras	771.464	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	771.464	0	0
1.01.03	Contas a Receber	2.838.363	791.378	694.716
1.01.03.01	Clientes	2.838.363	0	0
1.01.04	Estoques	183.059	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	582.482	53.307	54.648
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	582.482	53.307	54.648
1.01.06.01.01	Impostos Indiretos a Recuperar	280.254	12.781	12.849
1.01.06.01.02	Impostos Diretos a Recuperar	302.228	40.526	41.799
1.01.07	Despesas Antecipadas	269.599	10.660	10.721
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	222.894	21.308	23.201
1.01.08.03	Outros	222.894	21.308	23.201
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	50.769	0	0
1.01.08.03.02	Outros Ativos	108.022	21.308	23.201
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil Financeiro	22.491	0	0
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	41.612	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	25.425.226	963.720	1.069.516
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.907.171	187.600	186.831
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.229	0	0
1.02.01.04	Contas a Receber	130.308	0	0
1.02.01.04.01	Clientes	130.308	0	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	71.804	11.965	20.825
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.699.830	175.635	166.006
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	30.639	0	0
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	30.411	5.750	5.521

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	1.213.843	108.361	89.386
1.02.01.10.06	Impostos Indiretos a Recuperar	912.511	61.524	71.099
1.02.01.10.07	Impostos Diretos a Recuperar	558.016	0	0
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil Financeiro	185.558	0	0
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	768.852	0	0
1.02.03	Imobilizado	11.203.622	699.101	787.554
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.903.958	681.004	767.532
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.299.664	18.097	20.022
1.02.04	Intangível	10.314.433	77.019	95.131
1.02.04.01	Intangíveis	10.314.433	77.019	95.131
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	3.461.555	57.281	70.421
1.02.04.01.03	Autorizações	2.793.330	12.876	23.105
1.02.04.01.04	Goodwill	1.159.649	0	0
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	2.899.899	6.862	1.605

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	31.368.450	2.038.833	1.960.814
2.01	Passivo Circulante	7.036.988	522.731	451.069
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	209.341	8.949	7.784
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	209.341	8.949	7.784
2.01.02	Fornecedores	4.311.604	419.069	333.066
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.147.109	417.624	331.691
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	164.495	1.445	1.375
2.01.03	Obrigações Fiscais	735.772	44.509	58.078
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	314.891	28.479	40.132
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	186.076	25.662	31.471
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	128.815	2.817	8.661
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	361.558	14.908	16.337
2.01.03.02.01	ICMS	361.558	14.908	16.337
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	59.323	1.122	1.609
2.01.03.03.01	ISS	59.323	1.122	1.609
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	698.728	22.174	21.916
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	698.728	22.174	21.916
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	516.005	22.174	21.916
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	182.723	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.081.543	28.030	30.225
2.01.05.02	Outros	1.081.543	28.030	30.225
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	362.436	0	0
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	2.373	0	0
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	65.464	0	0
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	406.867	11.938	13.068
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil Financeiro	205.048	0	0
2.01.05.02.08	Outros Passivos	39.355	16.092	17.157
2.02	Passivo Não Circulante	4.950.673	418.690	513.736

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	964.289	22.143	43.719
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	964.289	22.143	43.719
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	608.531	22.143	43.719
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	355.758	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	3.241.372	316.272	327.443
2.02.02.02	Outros	3.241.372	316.272	327.443
2.02.02.02.03	Partes relacionadas - mútuo	0	301.730	301.730
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições Indiretos	2.772	0	0
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições Diretos a recolher	209.880	0	0
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	348.336	0	0
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	906.600	14.542	25.713
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil Financeiro	1.735.026	0	0
2.02.02.02.09	Outros Passivos	29.513	0	0
2.02.02.02.10	Operações com Derivativos	9.245	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	47.765	108.358
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	47.765	108.358
2.02.04	Provisões	745.012	32.510	34.216
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	745.012	32.510	34.216
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	180.101	18.932	26.227
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	423.923	6.016	2.022
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	2.850	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	106.801	7.532	5.967
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	31.337	30	0
2.03	Patrimônio Líquido	19.380.789	1.097.412	996.009
2.03.01	Capital Social Realizado	13.476.172	4.041.956	4.041.956
2.03.02	Reservas de Capital	33.363	979	1.076
2.03.02.04	Opções Outorgadas	33.363	979	1.076
2.03.04	Reservas de Lucros	5.873.136	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-2.945.523	-3.047.023
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.882	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.367.619	736.137	765.327
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.545.499	-581.808	-565.318
3.03	Resultado Bruto	1.822.120	154.329	200.009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.150.134	-99.679	-115.075
3.04.01	Despesas com Vendas	-859.741	-53.500	-51.272
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-339.078	-42.478	-45.285
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	234.810	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-186.125	-3.701	-18.518
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	671.986	54.650	84.934
3.06	Resultado Financeiro	36.738	11.733	7.378
3.06.01	Receitas Financeiras	259.092	19.512	20.776
3.06.02	Despesas Financeiras	-222.354	-7.779	-13.398
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	708.724	66.383	92.312
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	825.008	35.117	-18.787
3.08.01	Corrente	-141.211	-25.477	-31.157
3.08.02	Diferido	966.219	60.594	12.370
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.533.732	101.500	73.525
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.533.732	101.500	73.525
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,147	0,025	0,02
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,147	0,025	0,02

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	1.533.732	101.500	73.525
4.02	Outros Resultados Abrangentes	446	0	0
4.02.01	Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	446	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.534.178	101.500	73.525

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.375.265	180.687	95.166
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.827.625	251.039	278.363
6.01.01.01	Lucros antes do IR e CSSL	708.724	66.383	92.311
6.01.01.02	Depreciação e Amortizações	843.811	169.976	170.835
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	117.133	-4.845	-4.829
6.01.01.05	Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	2.067	0	0
6.01.01.06	Opções compra de ações	1.685	-97	219
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	200.053	4.479	680
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	116	0	0
6.01.01.09	Juros, Variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	-180.573	6.388	10.942
6.01.01.10	Perdas por créditos de Liquidação Duvidosa	93.933	8.755	8.205
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	44.947	0	0
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantivo ativo	-4.271	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	547.640	-70.352	-183.197
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-327.146	-103.213	-137.036
6.01.02.02	Impostos e Contribuição a Recuperar	-169.683	11.094	-27.465
6.01.02.03	Estoques	-44.999	0	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	81.162	8.921	10.642
6.01.02.05	Depósitos judiciais	9.899	-15.466	-4.164
6.01.02.06	Outros ativos	41.152	1.784	-788
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-28.690	1.165	216
6.01.02.08	Fornecedores	1.117.213	85.977	9.152
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-8.310	-39.113	-13.362
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-80.133	-4.849	-3.411
6.01.02.11	Autorizações a pagar	2.579	0	0
6.01.02.12	Receita Diferidas	-24.067	-12.301	-13.762
6.01.02.13	Outros Passivos	-21.337	-4.351	-3.219
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-884.424	-63.413	-78.540

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02.01	Ativos financeiros ao valor justo	-400.170	0	0
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-1.074.984	-63.413	-78.540
6.02.03	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	586.863	0	0
6.02.04	Recebimento de arrendamento mercantil financeiro	3.867	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-613.938	-26.826	-28.356
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-352.381	-26.826	-28.356
6.03.03	Dividendos e JSCP Pagos	-228.917	0	0
6.03.04	Operações com derivativos	6.323	0	0
6.03.06	Pagamento Leasing Financeiro	-38.963	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	876.903	90.448	-11.730
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	198.460	108.012	119.742
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.075.363	198.460	108.012

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	4.041.956	979	0	-2.945.523	0	1.097.412
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.562	0	0	-1.562
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	4.041.956	979	-1.562	-2.945.523	0	1.095.850
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.434.216	32.384	6.367.822	918.667	-2.328	16.750.761
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-209.038	0	-209.038
5.04.09	Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	0	1.685	0	0	0	1.685
5.04.10	Incorporação de sociedade do Grupo TIM	9.434.216	30.699	6.367.822	1.127.705	-2.328	16.958.114
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.533.732	446	1.534.178
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.533.732	0	1.533.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	446	446
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-493.124	493.124	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	125.750	-125.750	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Benefício Fiscal	0	0	39.958	-39.958	0	0
5.06.06	Absorção de prejuízos acumulados	0	0	-658.832	658.832	0	0
5.07	SalDOS Finais	13.476.172	33.363	5.873.136	0	-1.882	19.380.789

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.041.956	1.076	0	-3.047.023	0	996.009
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.041.956	1.076	0	-3.047.023	0	996.009
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-97	0	0	0	-97
5.04.09	Compras de ações em tesouraria, líquida de alienações	0	-97	0	0	0	-97
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.500	0	101.500
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.500	0	101.500
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.041.956	979	0	-2.945.523	0	1.097.412

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.041.956	857	0	-3.120.548	0	922.265
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.041.956	857	0	-3.120.548	0	922.265
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	219	0	0	0	219
5.04.09	Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	0	219	0	0	0	219
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	73.525	0	73.525
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	73.525	0	73.525
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.041.956	1.076	0	-3.047.023	0	996.009

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	4.275.647	890.665	935.331
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.369.580	899.420	943.536
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-93.933	-8.755	-8.205
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.105.264	-347.092	-329.516
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-681.811	-315.321	-299.764
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-423.453	-31.771	-29.752
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.170.383	543.573	605.815
7.04	Retenções	-843.811	-169.975	-170.835
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-843.811	-169.975	-170.835
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.326.572	373.598	434.980
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	259.092	19.512	20.775
7.06.02	Receitas Financeiras	259.092	19.512	20.775
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.585.664	393.110	455.755
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.585.664	393.110	455.755
7.08.01	Pessoal	208.848	35.324	35.820
7.08.01.01	Remuneração Direta	106.516	26.397	26.989
7.08.01.02	Benefícios	34.663	4.632	6.065
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.409	1.403	1.605
7.08.01.04	Outros	56.260	2.892	1.161
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	404.042	142.585	216.879
7.08.02.01	Federais	-380.565	12.518	78.045
7.08.02.02	Estaduais	767.596	129.662	138.153
7.08.02.03	Municipais	17.011	405	681
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	436.808	113.701	129.531
7.08.03.01	Juros	222.163	7.759	13.251
7.08.03.02	Aluguéis	214.645	105.942	116.280
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.533.732	101.500	73.525
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	209.038	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.324.694	101.500	73.525
7.08.05	Outros	2.234	0	0
7.08.05.01	Investimento Social	2.234	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF: 02.421.421/0098-44
NIRE: 333.0032463-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2018**1. Panorama Econômico e Industrial****1.1. Ambiente Macroeconômico**

A grande volatilidade do quadro macroeconômico, verificada em 2018 e ocasionada pelas incertezas do processo eleitoral somadas às condições externas menos favoráveis aos países emergentes, impactou de forma direta o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que estima-se fechar o ano com modesto crescimento de 1,3%, de acordo com o último relatório FOCUS¹, taxa bem abaixo da esperada pela maioria dos analistas de 2,7%, no início de 2018.

Já a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), iniciou 2018 sob controle, mas apresentou oscilações ao longo do ano, impactada pela greve dos caminhoneiros e pela alta de preços administrados, como combustíveis e energia elétrica, tendo atingido o pico de 4,5%, para fechar o ano em 3,75%, levemente acima do registrado no ano anterior, porém ainda abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central. Com a inflação abaixo da meta e com as expectativas ancoradas, a política monetária tem se caracterizado pela estabilidade da taxa de juros em 6,5% ao ano (a.a.) e pela expectativa na manutenção deste patamar para o próximo ano.

Na frente cambial, o Real desvalorizou 18,50% contra o dólar americano em 2018. Tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de fatores como a incerteza sobre o cenário político e econômico brasileiro, somado a fatores internacionais, em especial à guerra comercial envolvendo EUA e China com a tarifação mútua sobre importações, que podem impactar o crescimento global. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 58 bilhões, o que representa uma queda de 13% em comparação com 2017, impactada pelo avanço das importações em 19,7%, ritmo mais acelerado que o das exportações, que apresentou crescimento de 9,6%.

Apesar do resultado geral positivo e a retomada, ao final de 2018, da confiança do mercado em geral com a definição do cenário eleitoral, ainda há forte incerteza quanto à aprovação das reformas necessárias à retomada do crescimento, em especial a da previdência e a fiscal, ao longo de 2019, bem como em relação à profundidade das propostas que serão apresentadas pelo novo governo.

Quanto ao cenário internacional, a guerra comercial entre EUA e China, iniciada em março de 2018, com a já mencionada sobretaxação mútua de produtos destes países, trouxe volatilidade aos mercados, gerando fortes oscilações diante da possibilidade de uma desaceleração da economia mundial. Na Europa, o nível de atividade econômica apresentou leve desaceleração na zona do euro, ainda impactada pelas indefinições sobre o *Brexit* bem como em razão da desaceleração do comércio global.

¹ Estimado pelo último relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) em 04 de janeiro de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

A recuperação da economia em um ritmo mais moderado do que o inicialmente esperado pelo mercado em geral repercutiu sobre o setor de telecomunicações brasileiro em 2018, que seguiu a trajetória identificada nos anos anteriores de redução da base de clientes móveis. O mercado móvel manteve a dinâmica de migração de assinantes pré-pagos para planos híbridos (planos controle) e pós-pago que, em geral, são planos que buscam fidelizar seus clientes com ofertas que apresentam recorrência de consumo e, por consequência, de receitas, em linha com a estratégia de oferecer mais por mais.

Contudo, tal estratégia foi impactada por um acirramento da competição no mercado brasileiro, verificado pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limitou a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor.

O setor manteve a tendência de forte crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Por fim, a crescente demanda por Banda Larga Fixa consolidou a visão do acesso à internet como bem essencial à população, o que se confirmou pela evolução na base de clientes e nas adições líquidas da TIM Live.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Serviços TIM

2.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de definir novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de consumo dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Em 2018, a TIM inovou ao trazer mudanças significativas nos segmentos controle e pré-pago. No controle, porta de entrada para o pós-pago, a Companhia disponibilizou para seus clientes uma oferta com redes sociais ilimitadas por 3 meses, adicionais aos pacotes robustos de internet e serviços digitais. O mesmo para o segmento pré-pago, cujo novo portfólio conta com redes sociais ilimitadas, pacote de dados e validade da oferta de acordo com a recarga e ligações ilimitadas para qualquer operadora.

O novo posicionamento da TIM procura acompanhar o desejo de seus consumidores, os considerando centro da tomada de decisão, baseada: (i) INOVAÇÃO, que está no DNA da Companhia e continuará como prioridade, com novos planos, ofertas, parcerias e tecnologias; (ii) QUALIDADE, que é a base da fidelização do cliente e da expansão do seu ciclo de vida; e na (iii) EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO, que é o pilar estratégico de convergência de todos os demais, estabelecendo uma nova relação com os clientes e atuando de forma a todos receberem a melhor experiência, ótimos serviços e uma relação transparente com a Companhia.

2.2. Estratégia

A estratégia da Companhia, para o ano de 2018, foi apoiada em 6 (seis) pilares: cultura, digitalização, oferta, infraestrutura, eficiência e experiência do cliente. Tais pilares objetivam redesenhar a experiência do cliente e tornar a TIM a melhor escolha de valor do mercado, alavancada pela posição de liderança em ultra banda larga móvel e a proposição de ofertas inteligentes.

No pilar da cultura, o objetivo é disseminar o sentimento de propriedade, responsabilidade, sendo esse o eixo para uma profunda transformação cultural dentro da Companhia. Com base no conceito

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de *accountability*, a TIM acredita que seus colaboradores poderão concentrar sua criatividade e energia na busca de novas soluções, entregando resultados positivos.

O pilar da digitalização tem como meta acelerar o desenvolvimento e implementação de sistemas digitais, melhorando a experiência do cliente e proporcionando significativas eficiências operacional e financeira. A migração para plataformas digitais e flexíveis segue a tendência do mercado de emprego das mais sofisticadas tecnologias, possibilitando maior agilidade e eficiência operacional.

O pilar da oferta tem como proposta o desenvolvimento seletivo de pacotes inovadores, de acordo com o perfil do cliente. Adicionalmente, a Companhia pretende ampliar a oferta de ultra banda larga fixa através das tecnologias FTTH (Fiber To The Home) e WTTx (Wireless To The x), que permitirão uma abordagem seletiva com ofertas convergentes em determinadas regiões.

No âmbito da infraestrutura, a Companhia visa expandir a cobertura 4G com 700MHz, confirmando a sua liderança em cobertura com ultra banda larga móvel e excelência de qualidade. Em paralelo, o desenvolvimento da rede de fibra visa ampliar a cobertura de banda larga fixa e manter o nível de qualidade exigido pelos clientes, que é uma das diretrizes do direcionamento dos investimentos.

A proposta de eficiência continua na estratégia da Companhia, apoiada na visão ampla e sistêmica predominante na operação, que visa gerar eficiências disruptivas tanto no âmbito operacional como financeiro.

Todos os 5 (cinco) pilares mencionados anteriormente estão diretamente relacionados ao compromisso com a experiência do cliente. Esse é o objetivo principal que abrange toda a estrutura proposta e tem o cliente como o centro da tomada de decisões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2019, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

Quanto aos sites, a TIM projeta aumentar a densidade de sites a partir da utilização de *Biosites*, que são estruturas sustentáveis, mais baratas, mais fáceis de instalar e não causam impacto visual nas cidades. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

3.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 95% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 3.500 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Do total de R\$ 1,07 bilhões investidos em 2018, 87% foram alocados apenas em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação a ações e projetos focados na modernização, eficiência e/ou aprimoramento da nossa infraestrutura em andamento neste trimestre, destacamos:

- *Refarming* da frequência de 2,1 GHz para o 4G atingindo aproximadamente 250 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura, que atingiu cerca de 41% das funções de rede em 2018;
- Instalação de múltiplos data centers para melhorar experiência (21 no ano de 2018), sendo 10 DCC (Data Center Core) e 11 DCE (Data Center Edge);
- Ampliação do suporte à tecnologia VoLTE para mais de 2.500 cidades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A liderança na cobertura 4G foi mantida pela TIM, alcançando 3.272 cidades, ou 93% da população urbana do país ao final de 2018. Como resultado, 76% do tráfego de dados dos clientes da TIM foi realizado na rede 4G no último trimestre de 2018.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2018
Cidades 4G	3.272
das quais 700 Mhz habilitadas	1.426
das quais VoLTE habilitadas	2.522
População Urbana Coberta (4G)	93%
das quais 700 Mhz habilitadas	65%
das quais VoLTE habilitadas	76%
Cidades 3G	3.169
População Urbana Coberta (3G)	92%

Ao final do ano, a TIM possuía ~18.800 sites, sendo 67% conectados através de *backhaul* de alta capacidade, para o mesmo período.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 90,1 mil km fibra ótica para *backbone* e *backhaul***.

A cobertura de banda larga fixa residencial segue evoluindo, com 1,1 milhão de domicílios em FTTH, 3,5 milhões em FTTC, perfazendo um total de 4,3 milhões de domicílios em 14 cidades².

O desenvolvimento da infraestrutura também está alinhado com os valores de responsabilidade social corporativa da Companhia. A TIM continua com o projeto de instalação de *Biosites*, uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual. Além de contribuir para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – multifuncionalidade capaz de agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança – essas estruturas são de menor custo e mais rápida instalação. **Ao final de 2018, a TIM alcançou um total de 841 *Biosites* ativos.**

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais de 130 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População					
700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
20	11	5	35	22	20

3.2. Qualidade e Experiência do Usuário

² Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Duque de Caxias (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Salvador (BA), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO) e Manaus (AM).

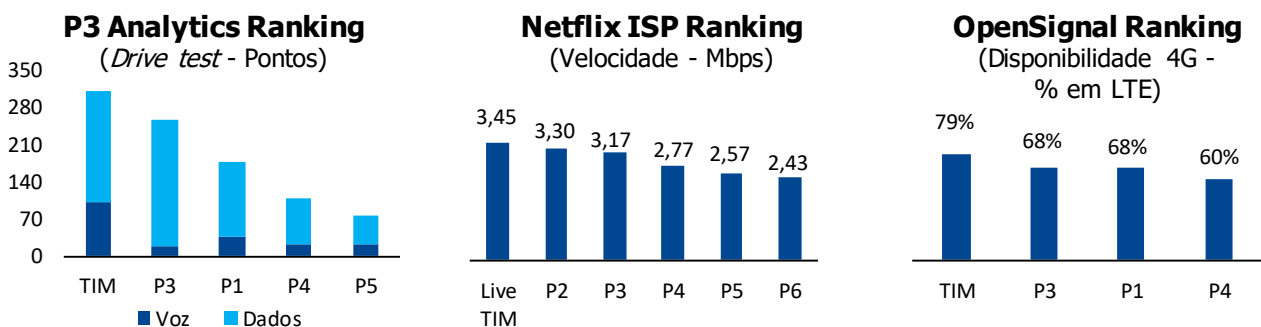
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os resultados das iniciativas na área de digitalização vêm expandindo e foram consistentes ao longo do ano. A transformação digital abrangente depende de agir de acordo com as necessidades reais dos clientes e com o redesenho dos processos, a fim de impactar todo o ciclo de vida do cliente. Para atingir esse objetivo, trabalhamos com três pilares estratégicos, são eles: (i) construção de ofertas baseadas nas necessidades individuais dos nossos clientes; (ii) promover a expansão e a evolução da nossa infraestrutura de rede; e (iii) operar com eficiência em abordagem de canais integrados de venda e atendimento.

No âmbito da rede, atestando a qualidade da rede móvel da TIM, a Open Signal³, no seu relatório divulgado em janeiro de 2019, mais uma vez colocou a rede 4G da TIM como a mais disponível. Os usuários TIM passaram 78,6% do tempo na tecnologia LTE. A TIM foi líder em regiões importantes do país como por exemplo, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG).

Além desse relatório, um estudo da consultoria P3 Network Analytics⁴ apontou a TIM como tendo a melhor rede móvel do Brasil entre as maiores operadoras. A consultoria avaliou a performance de dados e voz das principais operadoras do Brasil nas maiores cidades do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), através de um *drive testing* de cerca de 9.000 km.

Destacamos, ainda, a manutenção da TIM Live na 1ª posição do ranking da Netflix⁵ de provedores de internet brasileiros nos 3 últimos meses do ano, completando 54, dentre os últimos 57 meses, no topo da lista. Este ranking é uma medida de performance do serviço da Netflix em horário nobre para provedores de internet de diversas partes do mundo.



³ Relatório *State of Mobile Networks: Brazil* (Janeiro, 2019).

⁴ Relatório *Audit Report Benchmark Brazil* (Outubro, 2019)

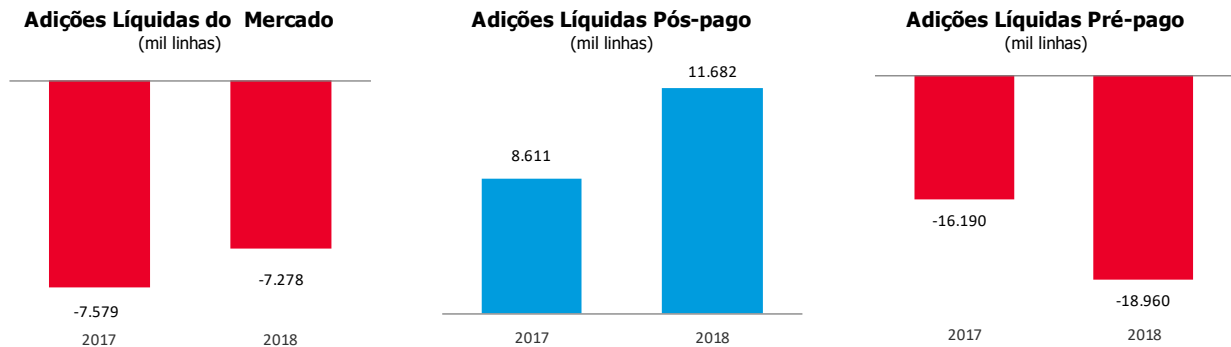
⁵ Ranking *Netflix ISP Speed Index* (Dezembro, 2019)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Desempenho Operacional

4.1. Panorama do Mercado Brasileiro

Seguindo a dinâmica do último ano, o mercado brasileiro manteve seu processo de redução da base de clientes, porém em um ritmo menos acelerado quando comparado a anos anteriores. Esse movimento ainda é explicado, principalmente, pelo resultado da migração de clientes do pré-pago para o pós-pago, pelas ações de limpeza de base e pelo processo de consolidação de múltiplos chips (SIM cards).



Fonte: Anatel

4.2. Desempenho da TIM

A TIM encerrou 2018 com uma base de 55,9 milhões de linhas ativas. Apesar do sólido desempenho no pós-pago, a desconexão no pré-pago impactou negativamente a base total.

A base de clientes pós-pago totalizou 20,2 milhões de usuários no final de 2018. O segmento passou a representar 36,2% da base total ao final de 2018.

No pré-pago, a base totalizou 35,7 milhões de clientes ao final de 2018. As desconexões líquidas foram marcadas pela migração de clientes do pré-pago para o pós-pago, do aumento da competição e da manutenção de uma rígida política de limpeza de base. A dinâmica da base pré-paga deixa claro que ainda existem muitos clientes com múltiplos chips (SIM cards). Portanto, a companhia busca a consolidação dos mesmos na sua base através do aumento do comprometimento utilizando-se de ofertas com pacotes completos de serviços.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **O 4G finalizou o período com 34,5 milhões de usuários**, com expressiva migração dos usuários 3G para o 4G;
- A base do 3G foi de 11,3 milhões de usuários, seguindo trajetória de redução;
- A base de M2M e Terminais de dados fechou o ano com 2,5 milhões de linhas.

A base de smartphones representou uma penetração de 85,0% do total de clientes em dezembro de 2018, corroborando com a estratégia da Companhia em equipar seus clientes com aparelhos 4G, afim de estimular a penetração dos serviços de dados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.3. Segmento Fixo

A base da TIM Live totalizou 467 mil acessos em 2018.

A TIM Live continua com seu foco no investimento para expansão de tecnologia de conexão com ofertas de maior velocidade e ótima estabilidade. A cobertura representada pelo número de domicílios com FTTH disponível já atingiu 26% da cobertura total em 2018. Até dezembro, a Companhia já possuía 11 cidades com FTTH, sendo cinco capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Goiânia e Manaus).

O TIM Casa Internet, que utiliza a tecnologia WTTX para ofertar banda larga residencial através da rede móvel encerrou 2018 com 123 cidades disponíveis para venda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Desempenho Financeiro

Os resultados reportados de 2018 seguem os novos padrões contábeis das normas IFRS 9 e 15, adotados a partir de 1º de janeiro de 2018. Os resultados da TIM S.A reportados em 2018 refletem 10 (dez) meses de operação *stand-alone* e 2 (dois) meses com a inclusão da TIM Celular, após conclusão da sua incorporação.

5.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2018	2017	% A/A
R\$ milhões			
Receita Líquida	3.368	736	357,5%
Receita de Serviços	3.187	736	333,0%
Serviço Móvel	2.698	-	n.a.
Serviço Fixo	489	736	-33,5%
Receita de Produtos	180	-	n.a.

No acumulado de 2018, a **Receita Líquida alcançou R\$ 3.368 milhões**, suportada majoritariamente pela **Receita Líquida de Serviço Móvel**, em decorrência da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A..

O detalhamento da Receita Líquida e outros destaques são apresentados a seguir:

A Receita do Serviço Móvel (RSM) atingiu R\$ 2.698 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A RSM passou a ser reportada após a incorporação, uma vez que a operação de telefonia móvel se concentrava na TIM Celular. Analisando de maneira *stand-alone* a operação móvel, a mesma foi positivamente impactada pelo processo de migrações entre segmentos e intra-segmentos que busca aumentar a penetração de ofertas de maior valor.

A Receita de Serviço Fixo totalizou R\$ 489 milhões ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com a incorporação da TIM Celular pela TIM S.A., esta linha foi diretamente impactada pela redução da receita *intercompany* da TIM S.A.. A contrapartida deste movimento ocorre na linha de custos.

A Receita de Produtos totalizou R\$ 180 milhões, reflexo da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A. uma vez que a venda de equipamentos e aparelhos se concentrava na companhia incorporada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5.2. Custos e Despesas Operacionais**

DESCRIÇÃO	2018	2017	% A/A
R\$ milhões			
Custos da Operação	(1.852)	(512)	262,0%
Pessoal	(247)	(41)	501,8%
Comercialização	(594)	(10)	6015,6%
Rede e Interconexão	(658)	(427)	54,2%
Gerais e Administrativos	(115)	(21)	437,7%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(192)	-	n.a.
Provisão para Devedores Duvidosos	(94)	(9)	973,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	49	(4)	n.a.

Os Custos e Despesas Reportados no ano de 2018 totalizaram R\$ 1.852 milhões, impactados, pelo incorporação da TIM Celular pela TIM S.A..

Após a incorporação, além dos custos de Rede e Interconexão, os custos de Comercialização, Pessoal e CVM passaram a ser relevantes demonstrando dinâmica diferente com a incorporação das operações móveis.

5.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2018	2017	% A/A
R\$ milhões			
EBITDA	1.516	225	574,8%
Margem EBITDA Reportada	45,0%	30,5%	14,5p.p.
Depreciação & Amortização	(844)	(170)	396,4%
Resultado Financeiro Líquido	37	12	213,1%
Lucro antes dos impostos	709	66	967,6%
Imposto de renda e cont. social	825	35	2249,3%
Lucro Líquido	1.534	101	1411,1%

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 1,5 bilhões em 2018. O crescimento se deve basicamente aos efeitos da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A. A introdução dos negócios da TIM Celular, elevou o perfil da rentabilidade, levando a **Margem EBITDA para 45,0%** em 2018.

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

D&A foi de R\$ 844 milhões em 2018, explicada, principalmente, pelo efeito da incorporação da TIM Celular na TIM S.A, tendo em vista que a maior parte dos ativos do grupo se concentravam nas operações móveis da companhia incorporada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Reportado foi positivo em R\$ 36,7 milhões em 2018. O maior resultado líquido se deve às maiores receitas financeiras, reflexo de um maior saldo de caixa médio, superando o aumento nas despesas decorrentes do aumento da dívida após a incorporação.

Imposto De Renda E Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social foi positivo em R\$ 825 milhões, em 2018, sendo afetado, principalmente, pelo impacto da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A., que gerou um crédito fiscal de R\$ 950 milhões.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido totalizou R\$ 1,5 bilhão em 2018, refletindo o maior volume de negócios após a incorporação e o crédito fiscal de R\$ 950 milhões decorrentes da transação.

5.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2018	2017	% A/A
R\$ milhões			
EBITDA	1.516	225	574,8%
Capex	(1.075)	(63)	1595,2%
EBITDA - Capex	441	161	173,4%
Capital de Giro	(1.646)	112	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	(1.205)	273	n.a.

CAPEX

Em 2018, os investimentos totalizaram R\$ 1.075 milhões e foram destinados, principalmente, à infraestrutura, com foco em projetos de rede de transporte, TI e tecnologia 4G através do 700MHZ e do *refarming* de 1,8 GHz e 2,1 GHz.

FLUXO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL), foi negativo em R\$ 722 milhões no ano, resultado de uma maior variação do capital de giro, impactado pela incorporação da TIM Celular pela TIM S.A.

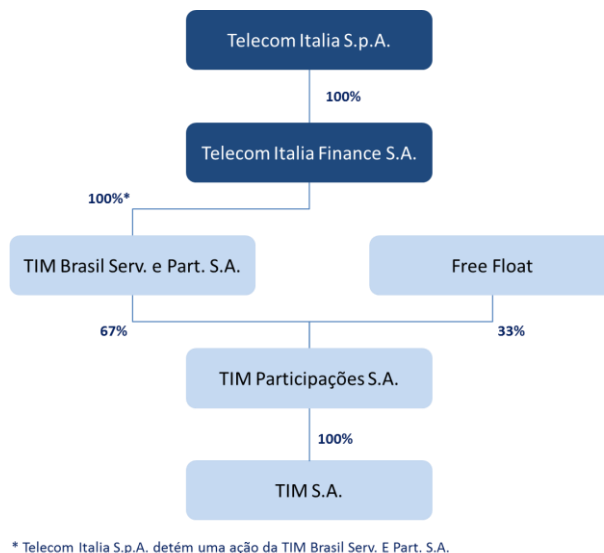
CAIXA E DÍVIDA

Caixa e equivalente de caixa saíram de R\$198 milhões em 2017 para R\$ 1,08 bilhão ao final de 2018, após o processo de incorporação da TIM Celular pela TIM S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Dívida Bruta em 2018 totalizou em R\$ 3.325 milhões. O saldo ao final de dezembro, após incorporação da TIM Celular pela TIM S.A, inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 1.732 milhões (relacionado a venda de torres, projeto LT Amazonas e outros *leasings* financeiros); e (ii) a posição de hedge no valor de R\$ 70 milhões (reduzindo a dívida bruta) que inclui os derivativos de proteção comercial ("Call Option" de Dólar).

6. Estrutura Acionária



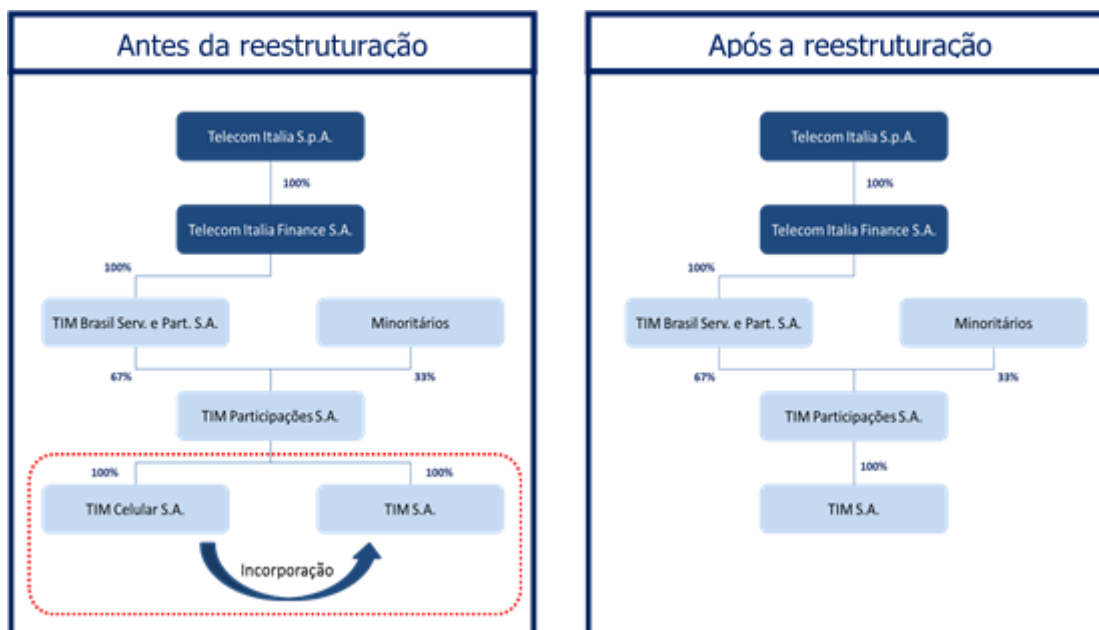
A Companhia encerrou 2018 com capital social no montante de R\$ 13.476.171.764,87, representado por 42.296.789.606 ações ordinárias. A TIM Participações S.A. detém o controle acionário da TIM S.A. com 100% das ações.

7. Reorganização Societária

Em outubro de 2018 foi concluído o projeto de reorganização societária do Grupo TIM Brasil com a incorporação da TIM Celular pela TIM S.A.. Com isso, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952,4 milhões decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$ 702,6 milhões) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249,7 milhões).

Conforme indicado anteriormente, a Reorganização teve por objetivo capturar sinergias operacionais e financeiras através da implementação de uma estrutura mais eficiente de processos, bem como de sistemas contábeis e de controles internos. Segue abaixo a alteração da estrutura societária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



8. 1ª Emissão De Debêntures da TIM S.A.

Em janeiro de 2019, a TIM S.A. emitiu R\$ 1,0 bilhão em Debentures Simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476. Os recursos serão destinados ao reforço de capital de giro e serão remunerados a 104,10% do CDI pelo prazo de 18 meses.

9. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2018, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão das informações do Documento de Separação Alocação e Contábil (DSAC) e cuja vigência compreende o período de 24/02/2017 a 24/02/2018.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração de sua Controladora em 30/07/2019, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM") é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada integralmente pela TIM Participações S.A. ("TIM Participações") – uma empresa do Grupo Telecom Italia.

A Companhia presta o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Os serviços prestados pela Companhia são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), agência reguladora das telecomunicações no país.

As decisões operacionais e estratégicas da Companhia são tomadas pelo seu acionista controlador, TIM Participações.

Reorganização societária

Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da TIM Participações S.A., projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig"), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A.. Em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia havia obtido todas as aprovações e anuências necessárias junto à terceiros para proceder com a referida incorporação. Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de outubro de 2018 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Celular, no montante de R\$17.035.254 conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Ainda, como resultado dessa incorporação societária, o montante de R\$952.368 referente ao imposto de renda diferido ativo decorrente do prejuízo fiscal e base negativa da TIM S.A., foram reconhecidos em 30 de setembro de 2018 (nota 10).

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo (30 de setembro de 2018) e do ato societário de incorporação (31 de outubro de 2018), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM Celular. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Celular foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Notas Explicativas

O acervo líquido contábil em 30 de setembro de 2018, está sumariado a seguir:

Ativo		Passivo	
<i>Circulante</i>	5.338.621	<i>Circulante</i>	6.284.112
<i>Não Circulante</i>	23.311.567	<i>Não Circulante</i>	5.330.822
<i>Realizável a longo prazo</i>	2.791.821		
<i>Imobilizado</i>	10.255.859		
<i>Intangível</i>	10.263.887		
		Acervo líquido	17.035.254
Total do Ativo	28.650.188	Total Passivo	28.650.188

Adicionalmente, o quadro abaixo apresenta o resultado pro-forma (não auditado) como se a incorporação tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2018:

	2018
	(não auditado)
Receita líquida	16.981.329
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(7.701.418)
Lucro bruto	9.279.911
Receitas (despesas) operacionais:	
Comercialização	(4.970.780)
Gerais e administrativas	(1.578.574)
Outras receitas (despesas), líquidas	(284.126)
	(6.833.480)
Lucro operacional	2.446.431
Receitas (despesas) financeiras:	
Receitas financeiras	410.756
Despesas financeiras	(855.752)
Variações cambiais, líquidas	1.382
	(443.614)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.002.817
Imposto de renda e contribuição social	658.619
Lucro líquido do exercício	2.661.436

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, de sua controladora TIM Participações S.A., que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações S.A., sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Essa estratégia contempla a otimização das operações de telecomunicações da TIM S.A., assim como o aproveitamento das sinergias entre sua sociedade controladora. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Aprovação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram inicialmente autorizadas e apresentadas, pela Companhia, em 20 de março de 2019. Considerando, porém, a perspectiva de registro da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a administração da Companhia decidiu reemitir, em 11 de outubro de 2019, as referidas demonstrações financeiras para (1) adequar suas divulgações a determinados requisitos contábeis aplicáveis a companhias abertas, tais como a inclusão da demonstração do valor adicionado e comentários sobre informações por segmento, conforme estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);(2) dentre outras divulgações para adequação as melhores práticas contábeis.

As referidas alterações não resultaram em ajustes na posição patrimonial e financeira apresentada anteriormente.

Portanto, a administração da Companhia, em reunião realizada em 11 de outubro de 2019, autorizou a divulgação e consequente reemissão destas demonstrações financeiras, substituindo a anteriormente aprovada e emitida em 20 de março de 2019.

e. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- I Dentre as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

Notas Explicativas

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros (financial instruments)

A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 48, equivalente ao IFRS 9, em 22 de dezembro de 2016. A Companhia decidiu pela adoção dessa norma de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018, reconhecendo o efeito cumulativo na data de aplicação inicial da norma como ajuste ao saldo de abertura em reserva de lucros no patrimônio líquido.

Essa nova norma é aplicável para os ativos e passivos financeiros e abrange questões de classificação, mensuração, redução ao valor recuperável (*impairment*), desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como trata sobre critérios de qualificação e contabilização de hedge.

Em relação a classificação, a norma requer que as entidades classifiquem seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base na avaliação das seguintes premissas:

- (i) Modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e
- (ii) Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Em relação a classificação dos passivos financeiros, a norma mantém substancialmente as exigências estabelecidas pelo IAS 39/CPC 39, sendo que as entidades devem classificar a maioria dos passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, contratos de garantia financeira, compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, dentre outros. Não houve impacto relevante em relação a classificação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em decorrência da adoção da nova norma. As informações completas por natureza dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme determinado por essa nova norma, estão divulgadas na Nota 36.

Quanto a redução ao valor recuperável, a nova norma traz o conceito do reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada, no qual as entidades devem reconhecer uma provisão para perdas esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto da adoção do novo modelo de cálculo para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros resultou em um acréscimo de R\$ 1,2 milhão nas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 1º de janeiro de 2018, registrados em contrapartida a conta de “reserva de lucros”, conforme apresentado na tabela abaixo.

IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente (Revenue from Contracts with Customers)

A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 47, equivalente ao IFRS 15, em 22 de dezembro de 2016. A Companhia adotou o IFRS15 (CPC47) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Portanto, conforme previsto na norma, a Companhia reconheceu o efeito cumulativo na data de aplicação inicial da norma como ajuste ao saldo de abertura em reserva de lucros. De acordo com esse método de transição, a entidade aplicou o pronunciamento retrospectivamente somente aos contratos que não foram concluídos até a data da aplicação inicial.

Atualmente, a Companhia oferece pacotes comerciais que combinam basicamente equipamentos ou aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, sendo, a receita total de serviços, reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com sua natureza e com base em seus respectivos valores justos.

Notas Explicativas

Identificação dos contratos

A Companhia realizou um extenso trabalho de revisão de todas as ofertas comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que pudessem ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

Identificação da obrigação de desempenho

Na data da adoção e início do contrato, a Companhia avaliou os bens ou serviços prometidos em contrato com o cliente e identificou as obrigações de desempenho com base na promessa de transferir ao cliente:

- (i) Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- (ii) Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Bem ou serviço prometido ao cliente é distinto, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:

- (a) o cliente pode se beneficiar do bem ou serviço, seja isoladamente ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao cliente (ou seja, o bem ou o serviço é capaz de ser distinto); e
- (b) a promessa da Companhia de transferir o bem ou o serviço ao cliente é separadamente identificável de outras promessas contidas no contrato (ou seja, compromisso para transferir o bem ou o serviço é distinto dentro do contexto do contrato).

Perante revisão dos seus contratos, a Companhia verificou que praticamente existem duas obrigações de desempenho: (i) venda e/ou aluguel de equipamentos ou aparelhos celulares; e (ii) prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel e banda larga (*internet*). Portanto, a Companhia reconhecerá as receitas quando, ou à medida que satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo, que é no momento da entrega.

Determinação e alocação do preço da transação a obrigação de desempenho

O preço de venda individual foi definido internamente pela Companhia a partir dos preços de venda individual praticados pela Companhia ou do mercado, além do preço de contrato onde esse preço seria similar para outros contratos com características similares.

Dessa forma, a adoção da nova norma de receita trouxe em alguns casos a aceleração no reconhecimento das receitas de vendas de equipamentos e/ou aparelhos celulares, que são geralmente reconhecidas no momento da transferência do controle ao cliente, basicamente em decorrência da alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos que tenham serviço mais equipamento/aparelho. A diferença entre os valores contábeis das vendas desses equipamentos e/ou celulares e o valor recebido do cliente é reconhecido como um ativo e/ou passivo contratual no início do contrato. Enquanto que as receitas de serviços de telefonia são reconhecidas no resultado pelo seu valor contábil após a alocação do preço da transação, e à medida que o serviço for prestado mensalmente.

A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Custo para obtenção do contrato

Notas Explicativas

De acordo com a norma a entidade deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, se a entidade espera recuperar esses custos. Durante a adoção da nova norma, a Companhia contabilizou como ativo na rubrica “despesas antecipadas” os valores incorridos por estes conceitos, sendo posteriormente reconhecido ao resultado, de forma consistente com a transferência ao cliente dos bens ou serviços aos quais o ativo se refere. Cabe destacar que a Companhia já possuía como prática contábil a capitalização dos custos com a obtenção de novos contratos, apenas no segmento corporativo, os quais estavam mensurados e registrados, líquido de qualquer ajuste por *impairment*, conforme requerimentos do CPC04 e/ou IAS38, e que com a adoção do IFRS 15/CPC 47, a administração da Companhia decidiu reclassificar os saldos acumulados da rubrica “intangível” para “despesas antecipadas”.

Como resultado do descrito acima, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 uma redução na rubrica “reserva de lucros” no montante de R\$ 1,1 milhão, antes dos tributos diferidos.

A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma IFRS15/CPC47, incluindo também efeitos da adoção do IFRS9/CPC48, nos saldos de abertura em 1º. de janeiro de 2018.

	Originalmente reportado 1º. de janeiro de 2018	Ajustes	Saldos com IFRS 15 e 9 1º. de janeiro de 2018
Ativo	2.038.833	(936)	2.037.897
Circulante	1.075.113	(931)	1.074.182
Contas a receber de clientes (e)	791.378	(1.230)	790.148
Ativo contratual (b)	-	-	-
Estoques	-	-	-
Despesas antecipadas (a, c)	10.660	299	10.959
Outros ativos	273.075		273.075
Não Circulante	963.720	(5)	963.715
Realizável a longo prazo	187.600	35	187.635
Contas a receber de clientes	-	-	-
Despesas antecipadas (a, c)	11.965	35	12.000
Outros ativos	175.635		175.635
Imobilizado	699.101		699.101
Intangível (c)	77.019	(40)	76.979

Notas Explicativas

Passivo e do Patrimônio Líquido	2.038.833	(936)	2.037.897
Total do Passivo	941.421	626	942.047
Circulante	522.731	674	523.405
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	11.938	674	12.612
Outros passivos	510.793		510.793
Não Circulante	418.690	(48)	418.642
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	14.742	147	14.889
Imposto de renda e contribuição social diferidos (f)	47.765	(195)	47.570
Outros passivos	356.183		356.183
Patrimônio Líquido	1.097.412	(1.562)	1.095.850
Capital social	4.041.956		4.041.956
Prejuízos acumulados	(2.945.523)	(1.562)	(2.947.085)
Outros	979		979

Durante o exercício de 2018, a aplicação das novas normas contábeis geraram os seguintes impactos no resultado:

	Saldos sem IFRS 15 e IFRS 9	Ajustes	Saldos com IFRS 15 e IFRS 9
Receita líquida de serviços (b, d)	3.186.216	1.030	3.187.246
Receita líquida de produtos (b, d)	250.250	(69.877)	180.373
Receita líquida	3.436.466	(68.847)	3.367.619
Custos dos produtos serviços prestados e mercadorias vendidas	(855.173)	-	(855.173)
	2.581.293	(68.847)	2.512.446
	(873.800)	(122.849)	(996.649)
Receitas (despesas) operacionais			
Comercialização (a, e)	(709.553)	(122.849)	(832.402)
Gerais e administrativas	(212.932)	-	(212.932)
Outras receitas (despesas), líquidas	48.685	-	48.685
	1.707.493	(191.696)	1.515.797
Depreciação e amortização (c)	(1.014.057)	170.246	(843.811)
Receitas (despesas) financeiras	36.738	-	36.738
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	730.174	(21.450)	708.724
Imposto de renda e contribuição social (f)	817.714	7.294	825.008
Lucro líquido do período	1.547.888	(14.156)	1.533.732

Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:

- a- Valores de custos na obtenção de contratos com clientes que serão diferidos pelo período do contrato (período de fidelização de 12 a 24 meses), líquido de qualquer ajuste por *impairment*.

Notas Explicativas

- b- O ativo contratual que é reconhecido quando a Companhia tiver concluído a obrigação de desempenho por meio da venda de equipamentos/aparelhos ou pela prestação de serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes que o pagamento seja devido.
- c- Reclassificação para a rubrica despesas antecipadas de custos na obtenção de contratos que anteriormente eram capitalizados como intangível.
- d- Passivo contratual que é reconhecido quando o cliente tiver pago a contraprestação ou a Companhia tiver direito ao valor da contraprestação que seja incondicional, antes que a Companhia tenha concluído com a obrigação de desempenho, pela prestação de serviços ao cliente.
- e- Aumento da provisão para perdas por crédito de liquidação duvidosa decorrente da aplicação da nova regra prevista pelo IFRS 9/CPC 48, no qual a Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas.
- f- Reflexo tributário sobre os ajustes iniciais das novas normas contábeis.

Contratos com clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	2018
Ativo contratual	130
Passivo contratual	(20.928)

Os ativos e passivos contratuais são gerados em decorrência da realização de uma obrigação de desempenho e surgem em razão da alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2018	(821)
Saldo companhia incorporada	(16.508)
Adições	(8.121)
Baixas	4.652
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(20.798)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2019	2020
Ativo (passivo) contratual	(17.130)	(3.668)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

- II As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do CPC.

Notas Explicativas

- Melhorias anuais nas IFRS – Ciclo 2015 a 2017.
- IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.
- IFRIC 23 – Incertezas sobre tratamento de imposto de renda.
- Alterações IFRS 9 – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa.
- Alterações no IAS 28 – Participações de longo prazo em coligadas e joint venture.
- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint venture.
- IFRS 17 – Contrato de seguro.

Com relação as normas acima, vale destacar:

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos sobre a renda

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda.

A IAS 12 / CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trará impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota 23, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii)

Notas Explicativas

exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia; e (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4).

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia conclui o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a indústria de telecomunicações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras. Ainda, pela relevância dos contratos de arrendamento de infraestrutura, especificamente, Torres de Transmissão, a Companhia decidiu reconhecer separadamente os componentes de arrendamento e não arrendamento para essa classe de ativo.

A adoção inicial acarretou em um aumento de R\$5.256 milhões no total de ativos e passivos em 1 de janeiro de 2019, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total arrendado e do passivo de arrendamento mercantil respectivamente.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel"), no valor aproximado de R\$ 1.200 milhões no exercício, também resultando em impacto positivo no EBITDA - Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("não auditado"). Portanto, resultando em um impacto relevante em determinados indicadores financeiros da Companhia, bem como um aumento correspondente no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reportadas nos fluxos de caixa.

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques em shopping centers, aluguel de site, terrenos e compartilhamento de infraestrutura.

Com base nos estudos realizadas até o momento, a Companhia não espera que a adoção das demais normas acima, alterações e interpretações traga algum impacto significativo para as demonstrações financeiras da Companhia em 2019.

Notas Explicativas

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2018, com base nas análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas, não foram identificadas variações que razoavelmente pudessem ocorrer de modo a gerar uma possível provisão por *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 14).

(b) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como

Notas Explicativas

hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 26).

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	2018	2017
Caixa e bancos	93.793	582
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB/Compromissadas	981.570	197.878
	<u>1.075.363</u>	<u>198.460</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s e Operações Compromissadas é de 99,67 % (99,80% em 31 de dezembro de 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Notas Explicativas

5. Títulos e Valores mobiliários

	2018	2017
FUNCINE (3)	5.229	-
FIC: (1)		
Títulos Públicos	288.917	-
Operações compromissadas (2)	283.006	-
Letra Financeira	95.221	-
Outros	104.320	-
	776.693	-
Parcela circulante	(771.464)	-
Parcela não circulante	5.229	-

(1) A Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2018 dos FIC's foi de 100,81% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(2) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

(3) A a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões. Em 2018, a Companhia optou por realizar novos investimentos nos meses de outubro e dezembro no FUNCINE, totalizando R\$ 2,4 milhões.

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

Notas Explicativas

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 19).

	2018	2017
Contas a receber de clientes	2.968.671	791.378
Contas a receber bruta	3.655.599	832.440
Serviços faturados	1.733.229	147.322
Serviços a faturar ("unbilled")	774.484	52.237
Uso de rede	455.228	632.881
Venda de mercadorias	691.312	-
Outras contas a receber	1.346	-
Perdas por crédito de liquidação esperada	(686.928)	(41.062)
Parcela circulante	(2.838.363)	(791.378)
Parcela não circulante	130.308	-

A parcela não circulante inclui o valor de R\$103 milhões referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A movimentação das perdas por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	41.062	37.304
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC 48 (nota 2.d)	1.230	-
Efeito da incorporação (Nota 1)	649.032	-
Constituição de provisão	93.933	8.755
Baixas de provisão	(98.329)	(4.997)
Saldo final	686.928	41.062

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2018	2017
Total	3.655.599	832.440
A vencer	2.459.315	99.011
Vencidos até 30 dias	308.744	6.996
Vencidos até 60 dias	144.309	4.662
Vencidos até 90 dias	117.759	634.557
Vencidos a mais de 90 dias	625.472	87.214

Notas Explicativas

Política contábil anterior para *impairment* das contas a receber de clientes

No exercício anterior, o *impairment* das contas a receber foi avaliado com base no modelo de perdas incorridas. As contas a receber individuais incobráveis foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração (*impairment*) incorrida, mas que não fora identificada ainda. Para esses recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão para *impairment* separada. O Grupo considerou que haveria evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado:

- . Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- . Probabilidade do devedor declarar falência ou passar por uma reorganização financeira; e
- . Inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 90 dias de atraso).

Os recebíveis para os quais uma provisão para *impairment* foi reconhecida foram baixados em relação à provisão nos casos em que não havia mais expectativa de recuperação adicional de caixa.

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2018	2017
Total Estoques	183.059	-
Estoques	189.826	-
Aparelhos celulares e tablets	145.819	-
Acessórios e cartões pré-pagos	33.621	-
TIM chips	10.386	-
Perdas para ajuste ao valor de realização	(6.767)	-

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	2018	2017
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	1.192.765	74.305
ICMS	1.152.741	70.702
Outros	40.024	3.603
Parcela circulante	(280.254)	(12.781)
Parcela não circulante	912.511	61.524

Notas Explicativas

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	2018	2017
Impostos e contribuições diretos a recuperar	860.244	40.526
Imposto de renda e contribuição social (i)	414.408	27.141
PIS / COFINS (ii)	384.093	10.961
Outros	61.743	2.424
Parcela circulante	(302.228)	(40.526)
Parcela não circulante	558.016	-

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização é esperada para o exercício de 2019; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se aos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da Tim Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde, respectivamente, 2007 e 2006, retroagindo, conforme lhes é permitido, tais efeitos em 5 anos – 2002 e 2001. Desde o posicionamento favorável aos contribuintes emanado pelo STF, a Companhia, sustentada pela opinião de seus consultores jurídicos, não mais inclui o ICMS na base de cálculo das contribuições previdenciárias do PIS e da COFINS a partir de abril de 2017.

Os processos da Companhia já receberam decisões favoráveis em Segunda Instância Judicial, alinhando o entendimento dos tribunais inferiores com o que foi definido pelo STF, tanto que os recursos apresentados pela Fazenda Nacional vêm sendo negados, pelos mesmos argumentos. Mesmo com a processual existência de pedido de Modulação de efeitos realizada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia entende, corroborada por seus assessores jurídicos que a decisão não afetará qualquer direito pleiteado nas ações judiciais propostas.

A Companhia está realizando o levantamento dos valores que fará jus ao final dos processos, após seu trânsito em julgado e os devidos reconhecimentos procedimentais, e este aponta créditos totais da ordem estimada de R\$ 3.296 milhões, sendo R\$ 1.863 milhões de principal e R\$ 1.434 milhões de atualização monetária. Adicionalmente a esse potencial crédito tributário, em novembro de 2018, em virtude do trânsito em julgado, a Companhia registrou o montante de R\$ 353 milhões, sendo 159 milhões de principal e R\$ 194 milhões de atualização monetária.

Notas Explicativas

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 24. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2018	2017
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	896.099	20.471
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	256.885	11.053
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	244.428	13.961
Ajuste a valor presente – licença 3G	9.124	-
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	4.699	-
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	24.978	-
Provisão para participação dos empregados	21.556	1.304
Tributos com exigibilidade suspensa	12.872	-
Ágio amortizado – TIM Fiber	(370.494)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(22.551)	-
Juros capitalizados 4G	(301.525)	-
Custo atribuído – TIM S.A.	(82.042)	(94.912)
Outros	74.823	358
	<u>768.852</u>	<u>(47.765)</u>
Parcela imposto ativo diferido	768.852	-
Parcela imposto passivo diferido	-	<u>(47.765)</u>

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando

Notas Explicativas

sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2018.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2019	102.835
2020	189.756
2021 em diante	603.509
Prejuízos fiscais e base negativa	896.100
Diferenças temporárias	(127.248)
Total	768.852

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$85.812 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$132.389 em 31 de dezembro de 2017 – antiga TIM Celular S.A.).

Notas Explicativas

11. Despesas antecipadas

	2018	2017
	341.403	22.625
Propagandas não veiculadas (i)	76.651	-
Aluguéis e seguros	72.967	-
Swap de rede (ii)	11.449	20.191
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	173.056	-
Outros	7.280	2.434
Parcela circulante	(269.599)	(10.660)
Parcela não circulante	71.804	11.965

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Em 1º de abril de 2010, a TIM S.A e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (swap de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante) e que serão realizados pelo período do contrato.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC47, os quais são amortizados ao resultado em conformidade com o prazo do contrato, usualmente de 2 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	2018	2017
	1.213.843	108.361
Cível	329.482	11.656
Trabalhista	385.664	33.097
Tributário	297.547	54.430
Regulatório	111	111
Penhora Online (*)	201.039	9.067

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Notas Explicativas

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$ 66.700.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECF) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré-paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 95.322.
- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 74.358.
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.026.
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 16.719.
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.868.
- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.519.
- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.793.

Notas Explicativas

- (viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e a consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.485.
- (ix) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 56.088 (R\$ 53.128 em 31 de dezembro de 2017).

13. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

(a) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 2017	Saldo de empresa incorporada	Adições / (depreciação)	Baixas	Transferências	Saldo em 2018
Total do Custo do Imobilizado Bruto	1.575.167	31.490.649	779.753	(7.115)	-	33.838.454
Equipamentos de comutação /	791.295	19.395.556	4.495	(2.222)	622.774	20.811.898
Cabos de fibra ótica	491.101	226.412	-	-	44.662	762.175
Aparelhos em comodato	-	2.283.848	-	(4.135)	34.232	2.313.945
Infraestrutura	186.659	5.825.061	4	(637)	122.726	6.133.813
Bens de informática	40.624	1.621.662	-	(185)	17.225	1.679.326
Bens de uso geral	37.743	745.309	-	(15)	13.802	796.839
Terrenos	9.648	31.146	-	-	-	40.794
Obras em andamento	18.097	1.361.655	775.254	79	(855.421)	1.299.664
						-
Total Depreciação Acumulada	(876.066)	(21.204.351)	(559.621)	5.206	-	(22.634.832)
Equipamentos de comutação /	(478.669)	(14.075.810)	(389.456)	2.207	-	(14.941.728)
Cabos de fibra ótica	(258.223)	(49.671)	(37.638)	-	-	(345.532)
Aparelhos em comodato	-	(2.114.565)	(19.888)	2.227	-	(2.132.226)
Infraestrutura	(78.298)	(2.989.511)	(90.685)	605	-	(3.157.889)
Bens de informática	(37.020)	(1.463.207)	(12.031)	151	-	(1.512.107)
Bens de uso geral	(23.856)	(511.587)	(9.923)	16	-	(545.350)

Notas Explicativas

Total Imobilizado líquido	699.101	10.286.298	220.132	(1.909)	-	11.203.622
Equipamentos de comutação /	312.626	5.319.746	(384.961)	(15)	622.774	5.870.170
Cabos de fibra ótica	232.878	176.741	(37.638)	-	44.662	416.643
Aparelhos em comodato	-	169.283	(19.888)	(1.908)	34.232	181.719
Infraestrutura	108.361	2.835.550	(90.681)	(32)	122.726	2.975.924
Bens de informática	3.604	158.455	(12.031)	(34)	17.225	167.219
Bens de uso geral	13.887	233.722	(9.923)	1	13.802	251.489
Terrenos	9.648	31.146	-	-	-	40.794
Obras em andamento	18.097	1.361.655	775.254	79	(855.421)	1.299.664

	Saldo em 2016	Adição/ (Depreciação)	Baixas	Transferências	Saldo em 2017
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	753.151	10.749	-	27.395	791.295
Cabos de fibra ótica	491.086	-	-	15	491.101
Infraestrutura	183.630	-	-	3.029	186.659
Bens de informática	39.742	-	-	882	40.624
Bens de uso geral	36.344	-	-	1.399	37.743
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.021	30.796	-	(32.720)	18.097
Total Imobilizado Bruto	1.533.622	41.545	-	-	1.575.167

Depreciação acumulada					
Equipamentos de comutação / transmissão	(402.556)	(76.113)	-	-	(478.669)
Cabos de fibra ótica	(224.718)	(33.505)	-	-	(258.223)
Infraestrutura	(62.205)	(16.093)	-	-	(78.298)
Bens de informática	(35.608)	(1.412)	-	-	(37.020)
Bens de uso geral	(20.981)	(2.875)	-	-	(23.856)
Total Depreciação Acumulada	(746.068)	(129.998)	-	-	(876.066)

Imobilizado líquido					
Equipamentos de comutação / transmissão	350.595	(65.364)	-	27.395	312.626
Cabos de fibra ótica	266.368	(33.505)	-	15	232.878
Infraestrutura	121.425	(16.093)	-	3.029	108.361
Bens de informática	4.134	(1.412)	-	882	3.604
Bens de uso geral	15.363	(2.875)	-	1.399	13.887
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.021	30.796	-	(32.720)	18.097
Total Imobilizado líquido	787.554	(88.453)	-	-	699.101

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Notas Explicativas

Em 2018, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), a Companhia realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

14. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes, (iii) ágio na aquisição de empresas e (iv) custos com comissões à representantes comerciais para obtenção de um novo cliente.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços, e no caso do custo com comissões pelo período do contrato, conforme mencionado na nota (h) abaixo. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

Notas Explicativas**(a) Movimentação do intangível**

	Saldo em 2017	Saldo de empresa incorporada	Adições/ (Amortização)	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em 2018
<u>Total Custo do Intangível Bruto</u>	961.537	27.765.385	316.402	-	(492)	22.039	29.064.871
Direito de uso de softwares	767.132	16.145.511	-	229.998	-	-	17.142.641
Autorizações	186.954	7.182.366	7.634	262.018	-	-	7.638.972
Ágio	-	1.159.649	-	-	-	-	1.159.649
Custos com comissões a representantes comerciais	902	-	-	(336)	-	-	566
Lista de clientes	-	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de	-	198.201	-	-	-	-	198.201
Outros ativos	35	262.649	-	14.865	-	-	277.549
Ativos intangíveis em	6.514	2.721.809	308.768	(506.545)	(492)	22.039	2.552.093
<u>Total Amortização</u>	(884.518)	(17.533.738)	(332.182)	-	-	-	(18.750.438)
Direito de uso de softwares	(709.851)	(12.718.323)	(252.912)	-	-	-	(13.681.086)
Autorizações	(174.078)	(4.598.058)	(73.506)	-	-	-	(4.845.642)
Custos com comissões a	(567)	-	-	-	-	-	(567)
Lista de clientes	-	(95.200)	-	-	-	-	(95.200)
Direito de uso de	-	(50.790)	(1.652)	-	-	-	(52.442)
Outros ativos	(22)	(71.367)	(4.112)	-	-	-	(75.501)
<u>Total Intangível Líquido</u>	77.019	10.231.647	(15.780)	-	(492)	22.039	10.314.433
Direito de uso de softwares	57.281	3.427.188	(252.912)	229.998	-	-	3.461.555
Autorizações	12.876	2.584.308	(65.872)	262.018	-	-	2.793.330
Ágio (d)	-	1.159.649	-	-	-	-	1.159.649
Custos com comissões a	335	-	-	(336)	-	-	(1)
Direito de uso de	-	147.411	(1.652)	-	-	-	145.759
Outros ativos	13	191.282	(4.112)	14.865	-	-	202.048
Ativos intangíveis em	6.514	2.721.809	308.768	(506.545)	(492)	22.039	2.552.093

Notas Explicativas

	Saldo em 2016	Adições/ (amortização)	Transferências	Saldo em 2017
<u>Custo do Intangível Bruto</u>				
Direito de uso de <i>softwares</i>	750.978	-	16.154	767.132
Direito de uso passagem de cabos	186.954	-	-	186.954
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	663	239	-	902
Outros ativos	35	-	-	35
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível Bruto	939.671	21.866	-	961.537
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso de <i>softwares</i>	(680.557)	(29.294)	-	(709.851)
Direito de uso passagem de cabos	(163.850)	(10.228)	-	(174.078)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(115)	(452)	-	(567)
Outros ativos	(18)	(4)	-	(22)
Total Amortização Acumulada	(844.540)	(39.978)	-	(884.518)
<u>Intangível Líquido</u>				
Direito de uso de <i>softwares (c)</i>	70.421	(29.294)	16.154	57.281
Direito de uso passagem de cabos	23.104	(10.228)	-	12.876
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	548	(213)	-	335
Outros ativos	17	(4)	-	13
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível Líquido	95.131	(18.112)	-	77.019

Os ativos em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de desenvolvimento e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões à representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

Notas Explicativas

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, Companhia pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores pela sociedade incorporada TIM Celular S.A. (Nota1)

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – As empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”) foram adquiridas em 2011. Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas pela TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. Como resultado, foi registrado ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumariada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio como um todo (fixo e móvel), e portanto, a avaliação está no nível da Companhia. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia.

Consequentemente, o teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC e a metodologia do valor em uso, estando as principais premissas utilizadas no teste de *impairment*, sumariadas a seguir:

- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial, sendo combatida por uma maior agressividade no pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia, preparado para 3 anos e extrapolado por mais 2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia é de 3,97% a.a. em média e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um business sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,5% a.a.;

Notas Explicativas

- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 10,70% a.a. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso sem o efeito de fluxo de pagamento de impostos sobre a renda, é de 14,77%.

O resultado do teste de *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2018 não indicou nenhuma necessidade de provisão para perdas.

(e) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e são amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(f) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 15).

(g) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

A rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento está representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que inclui: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis, conforme detalhado a seguir:

- Em 30 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A Companhia está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela Companhia. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$5.611 (R\$8.313 em 31 de dezembro de 2017) de juros e R\$5.930 (R\$443 em 31 de dezembro de 2017) de correção monetária sobre o saldo.

- Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015, uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsaram valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas

Notas Explicativas

atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A sociedade incorporada TIM Celular S.A. efetuou os pagamentos em 9 de abril de 2015, 26 de janeiro de 2017 e 16 de janeiro de 2018, nos montantes de R\$ 370.379, R\$ 858.991 e R\$ 142.862, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 8,37% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 152.480 (R\$ 251.904 em 31 de dezembro de 2017).

15. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A Companhia possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A Companhia reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	2018	2017
LT Amazonas	208.049	-
	208.049	-
Parcela circulante	(22.491)	-
Parcela não circulante	185.558	-

LT Amazonas

Notas Explicativas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal das parcelas futuras a receber pela Companhia é de R\$ 499.823.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	23.049	22.491
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	104.871	38.594
Janeiro de 2024 em diante	360.767	146.964
	<u>488.687</u>	<u>208.049</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$ 208.049 (R\$ 205.331 em 31 de dezembro de 2017) composto por R\$ 185.558 de principal e R\$ 22.491 de juros incorridos até 31 de dezembro de 2018 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano.

Passivo

	2018	2017
LT Amazonas (i)	359.987	-
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.501.695	-
Outros (iii)	78.392	-
	<u>1.940.074</u>	<u>-</u>
Parcela circulante	(205.048)	-
Parcela não circulante	<u>1.735.026</u>	<u>-</u>

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

Notas Explicativas

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	43.779	38.255
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	199.193	64.391
Janeiro de 2024 em diante	685.498	257.341
	<u>928.470</u>	<u>359.987</u>

O valor nominal das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$ 928.470. Seu valor presente é de R\$359.987, sendo R\$313.001 de principal e R\$46.986 de juros em 31 de dezembro de 2018 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela Companhia e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que prevê valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 22).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	178.994	146.792
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	810.060	330.278
Janeiro de 2024 em diante	3.484.135	1.024.625
	<u>4.473.189</u>	<u>1.501.695</u>

Notas Explicativas

O valor nominal do somatório das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$4.473.189. Seu valor presente é de R\$ 1.501.695 sendo R\$ 1.354.903 de principal e R\$ 146.792 de juros em 31 de dezembro de 2018. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

iii) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão.

16. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel anualmente no mês de março.

17. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2018	2017
	4.311.604	419.069
Moeda nacional	4.147.109	417.624
Fornecedores de materiais e serviços (a)	4.015.602	217.366
Interconexão (b)	98.060	200.258
Roaming (c)	162	-
Co-billing (d)	33.285	-
Moeda estrangeira	164.495	1.445
Fornecedores de materiais e serviços (a)	137.117	1.445
Roaming (c)	27.378	-
Parcela Circulante	4.311.604	419.069

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Notas Explicativas

18. Autorizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua Companhia possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	2018	2017
Renovação de autorizações (i)	300.253	-
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP (ii)	-	-
Dívida ANATEL atualizada (ii)	113.547	-
Seguro garantia sobre autorizações	-	-
	413.800	-
Parcela circulante	(65.464)	-
Parcela não circulante	348.336	-

- (i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$300.253 (R\$262.513 em 31 de dezembro de 2017).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como passivo financeiro, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a Companhia, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes. Dessa forma, foi constituída a Entidade Administradora da Digitalização ("EAD"), onde o total do compromisso assumido pela Companhia foi de R\$1.199 milhões, o qual foi pago em 4 parcelas reajustadas pelo IGP-DI (nota 14.g).

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$ 150 milhões em 31 de dezembro de 2018) o qual ainda está pendente de julgamento.

Em 15 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou Aditivos aos Termos de Autorização da faixa de 700 MHz, prorrogando a data de aporte, da 2ª parcela de 30% à EAD. Dessa forma, a entidade recebeu da Companhia em 31 de janeiro de 2017 o montante de R\$859 milhões, correspondente a 60%, referente as parcelas dos anos de 2016 e 2017. A 4ª e última parcela, de 10% à EAD, foi paga em 31 de janeiro de 2018, no montante de R\$ 142,9 milhões.

As autorizações detidas em caráter primário pela Companhia em 31 de dezembro de 2018, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Notas Explicativas

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	<u>450 MHz</u>	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Banda V1 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P** (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

Notas Explicativas

19. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Dez/19 a Jul/22	578.312	39.774
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	489.421	-
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Dez/19 a Jan/21	56.804	4.543
KFW (2)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	43.420	-
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Dez/25	378.595	-
Cisco Capital (3)	USD	1,80% a 2,50% a.a.	Nov/19 a Dez/20	116.465	-
Total				1.663.017	44.317
Circulante				(698.728)	(22.174)
Não circulante				964.289	22.143

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controlada.
 (2) Aval da controladora TIM Participações.
 (3) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A Companhia vem atendendo aos índices financeiros definidos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia amortizou antecipadamente R\$ 800 milhões de dívida existente junto ao BNDES, reduzindo o saldo devedor da linha. Em 2018, outros R\$ 2.200 milhões foram pagos antecipadamente. A diminuição do saldo devedor junto ao BNDES não alterou o cronograma original dos pagamentos existente com o Banco, que continua com sua última parcela vincenda em julho/2022, todas as liquidações antecipadas objetivaram o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500.000 junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não havia utilizada a referida linha de crédito, sendo que essa ficará disponível para utilização até dezembro de 2019, não sendo obrigatória seu desembolso. O custo desta linha de crédito está indexado pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais juros de 1,95% ao ano.

Em setembro de 2018, a Companhia obteve a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira junto ao KFW Finnvera, no valor de USD 40 milhões (equivalentes a R\$167milhões). Com o objetivo de eliminar qualquer risco de variação cambial, houve a contratação antecipada de um swap que acompanha integralmente o cronograma de amortização da dívida.

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2018
BNDES (1)	TJLP	mai/18	dez/19	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (2)	TJLP	mai/18	dez/19	20.000	20.000	-
BNDES (3)	TJLP	mai/18	dez/19	390.000	390.000	-
Total R\$:				1.500.000	1.500.000	-

Objetivo:

- (1) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- (2) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- (3) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2018 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$ 70 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" (nota 22) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção" (nota 28).

A Companhia possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de hedge".

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2020	343.598
2021	293.899
2022	198.625
2023	32.111
2024	75.602
2025	20.454
	<u>964.289</u>

A tabela a seguir apresenta o cronograma de valores nominais dos empréstimos e financiamentos estimados até o fim dos contratos.

Notas Explicativas

	Valor nominal
2019	787.188
2020	396.786
2021	323.482
2022	206.944
2023	34.577
2024	76.614
2025	20.569
	1.846.160

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outra operação contratada com característica extremamente específica é o empréstimo obtido junto ao KFW Finnvera. Nesta operação, tem-se como garantidor o Finnvera, agência finlandesa de fomento. Dadas às características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital e o KFW, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

20. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	453.495	16.237
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	361.558	14.908
Impostos e Taxas ANATEL	21.320	-
Imposto sobre Serviço - ISS	59.323	1.122
Outros	11.294	207
Parcela circulante	(450.723)	(16.237)
Parcela não circulante	2.772	-

Notas Explicativas

21. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	494.929	28.272
Imposto de renda e contribuição social	372.467	25.662
PIS / COFINS	56.733	2.479
Outros (*)	65.729	131
Parcela circulante	(285.049)	(28.272)
Parcela não circulante	209.880	-

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, Cofins – Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ – Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024. A parcela de longo prazo também inclui outros impostos a pagar após o período de 12 meses.

22. Receitas diferidas

	2018	2017
Receitas diferidas	1.313.467	26.480
Serviços a prestar pré-pago (1)	301.621	-
Subvenções Governamentais (2)	63.731	965
Swap de rede (3)	11.449	20.191
Receitas antecipadas	18.626	5.324
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	897.112	-
Passivo contratual (nota 2.d)	20.928	-
Parcela circulante	(406.867)	(11.938)
Parcela não circulante	906.600	14.542

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Notas Explicativas

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 203 milhões. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 28).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 15).

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2018	2017
Provisão para processos judiciais e administrativos	742.162	32.510
Cível (a)	106.801	7.532
Trabalhistas (b)	423.923	6.016
Tributária (c)	180.101	18.932
Regulatória (d)	31.337	30

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-17	Saldo empresa incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Total
	32.510	469.982	200.053	(80.133)	119.750	742.162
Cível (a)	7.532	118.038	36.356	(49.123)	(6.002)	106.801
Trabalhistas (b)	6.016	175.451	153.776	(16.301)	104.981	423.923
Tributária (c)	18.932	145.643	9.854	(14.647)	20.319	180.101
Regulatória (d)	30	30.850	67	(62)	452	31.337

Notas Explicativas

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$ 86.039 (R\$ 1.765 em 31 de dezembro de 2017) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 5.814.

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 10.378.

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 3.060 (R\$5.761 em 31 de dezembro de 2017).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$239.

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$1.270 (não foi constituída provisão para esses casos em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 3.671 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 (34 em 31 de dezembro de 2017) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$334.849 atualizado monetariamente (R\$6.015 em 31 de dezembro de 2017). Durante o exercício de 2018, segundo posição dos consultores jurídicos da Companhia, determinados processos trabalhistas apresentaram alterações em seu prognóstico de perda de possível para provável, portanto, com registro correspondente da provisão.

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de dezembro de 2018, o provisionamento destas causas totaliza R\$26.127 atualizado monetariamente.

c. Processos tributários

	12/2018	12/2017
Tributos Federais	74.842	5.914
Tributos Estaduais	103.546	13.018
Tributos Municipais	1.713	-
	<u>180.101</u>	<u>18.932</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e sete processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 9.335 (R\$ 5.914 em 31 de dezembro de 2017), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.060.

Notas Explicativas

- (ii) Adicionalmente, neste trimestre a Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 36.685, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e cinco processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 42.628 (R\$ 6.940 em 31 de dezembro de 2017), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 4.829, bem como (iii) anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, e suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 24.646, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 31.455.

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2018	2017
	18.790.266	633.948
Cível (e.1)	1.051.021	37.862
Trabalhista e previdenciária (e.2)	495.912	102.031
Tributária (e.3)	16.608.389	490.357
Regulatória (e.4)	634.944	3.698

Notas Explicativas

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	2018	2017
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	405.635	15.504
ANATEL (e.1.2)	207.657	350
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	84.231	205
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	173.213	6.104
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	71.574	10.875
Outros	108.711	4.824
	<u>1.051.021</u>	<u>37.862</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

Notas Explicativas

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhistas

Há 4.531 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 (140 em 31 de dezembro de 2017) movidas contra a Companhia, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$495.912 atualizado (R\$102.031 em 31 de dezembro de 2017), que também inclui as demandas mencionadas no item e.2.1 abaixo.

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$ 16.709 atualizado.

A Companhia é parte em ações cíveis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizando R\$19.706 atualizado.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$538 atualizado (R\$4.995 em 31 de dezembro de 2017, esta redução ocorreu pela reclassificação de um processo para o risco remoto em razão do andamento do mesmo) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor de R\$9.693 atualizado (R\$9.868 em 31 de dezembro de 2017).

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$1.430 atualizado (R\$43.756 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

e.3. Tributárias

	12/2018	12/2017
Tributos Federais (e.3.1)	4.005.779	94.107
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.929.590	172.783
Tributos Municipais (e.3.3)	693.616	2.355
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.979.404	221.112
	<u>16.608.389</u>	<u>490.357</u>

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.657.159.

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos federais é de R\$ 4.005.779 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 94.107 em 31 de dezembro de 2017). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.543.851.
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 198.175.
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa.
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a Companhia é de R\$ 296.589 (R\$ 56.469 em 31 de dezembro de 2017).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 412.715.

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Companhia relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.929.590 (R\$ 172.783 em 31 de dezembro de 2017). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

Notas Explicativas

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.344.288.
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 1.110.827.
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 767.142 (R\$ 19.950 em 31 de dezembro de 2017).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2018, o montante na Companhia é de R\$ 3.340.448 (R\$ 128.875 em 31 de dezembro de 2017).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 140.368.
- (vi) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$ 179.853.
- (vii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 116.880.
- (viii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 192.074.
- (ix) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 177.128.
- (x) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 139.758.

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos municipais é de R\$ 693.616 em 31 de dezembro de 2018. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 142.355.

Notas Explicativas

- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 283.620.
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 118.114.

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra a Companhia relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.979.404 (R\$ 221.112 em 31 de dezembro de 2017). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 634.826. A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta “TAC” em negociação com a ANATEL e novas entradas registradas no ano de 2018.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, está representado por 42.296.789.606 (4.041.956.045 em 2017) ações ordinárias sem valor nominal, subscritas pela TIM Participações S.A.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia pelo montante de R\$ 9.434.216, mediante incorporação do capital social da sociedade TIM Celular S.A., que compõe o acervo líquido contábil em 30 de setembro de 2018, conforme a seguir:

Notas Explicativas

Capital social	9.434.216
Reservas de capital	30.600
Reservas de lucro	7.110.253
Lucros acumulados	460.185
	<u>17.035.254</u>

Ainda, conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo (30 de setembro de 2018) e do ato societário de incorporação (31 de outubro de 2018), que reduziram o patrimônio no valor de R\$ 77.139, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM Celular. Essas variações foram representadas pelo lucro líquido do período no valor de R\$ 140.119 e distribuição de dividendos por meio de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 217.258.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2018	2017
Opções de compra de ações	33.363	979

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Retenção de lucros

Refere-se a valores de lucros retidos, aprovados em Assembleia e utilizados para expansão dos negócios da Companhia.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivalem a R\$1.417.858 em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de outubro de 2018, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2018
Lucro líquido do exercício	1.533.732
Efeito de incorporação (Nota 1)	1.127.705
	2.661.437
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(146.455)
(-) Constituição da reserva legal	(125.749)
Lucro líquido ajustado	2.389.233
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	597.308
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio (inclui o valor de R\$ 744.757 que foi distribuído até 31 de outubro de 2018 pela sociedade incorporada TIM Celular S.A.)	953.795
Dividendos	-
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	953.795
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(143.069)
Total de dividendos e JCP líquidos	810.726

O saldo em 31 de dezembro de 2018 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” é composto pelo valor ainda não liquidado dos juros sobre capital próprio destinados e calculados em 2018 no montante de R\$362.436.

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

Notas Explicativas

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

25. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da controladora TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano. Já o Plano 2018-2020 propõe remunerar os participantes com ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas).

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

Cabe considerar que em 2017 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos *Vestings* de outorgas passadas.

Notas Explicativas

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2018-2020 – 1ª	549.153	mai-21	14,41	-	549.153		(82.639)	-	466.514
Plano 2014-2016 – 3ª	2.346.725	nov-22	8,10	1.684.281		(510.884)	(277.875)	-	895.522
Plano 2014-2016 – 2ª	2.027.286	out-21	8,45	1.084.013		(656.268)	(135.222)	-	292.523
Plano 2014-2016 – 1ª	1.318.385	set-20	13,42	658.720		(27.424)	(99.324)	-	531.972
Plano 2011-2013 – 3ª	2.400.468	jul-19	8,13	694.936			(151.353)	-	543.583
Plano 2011-2013 – 2ª	1.850.555	set-18	8,96	194.756				(194.756)	-
Plano 2011-2013 – 1ª	2.038.575	ago-17	8,84	-				-	-
Total	12.531.147			4.316.706	549.153	(1.194.576)	(746.413)	(194.756)	2.730.114
Preço médio ponderado do exercício			10,26						

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base - média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$ 14,41	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).

Notas Explicativas

- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 4.291 (R\$12.789 em 31 de dezembro de 2017). Contudo, em virtude do término contratual de determinados executivos durante o exercício de 2018, seus respectivos benefícios foram cancelados, gerando uma redução no montante de R\$ 3.257.

26. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, à medida que a Companhia satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *billed* do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando a Companhia satisfizer à obrigação de desempenho, que é quando o cliente obtiver o controle desse ativo, que ocorre no momento da entrega.

Contratos firmados com clientes que combinam serviços e produtos

A Companhia oferece aos clientes fidelizados pacotes comerciais que combinam aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, com a concessão de descontos em aparelhos e/ou serviços. Nestes casos, identificam-se os contratos individuais, as obrigações de desempenho e seus preços de transação, alocando-se o preço da transação total de acordo com os preços de venda individuais de cada obrigação. A receita de serviços e produtos é reconhecida no momento em que cada uma das obrigações de desempenho previstas no acordo com o cliente é cumprida, ou seja, quando o cliente obtém controle sobre o ativo.

Notas Explicativas

Para maiores detalhes da aplicação da norma IFRS15/CPC47, vide 2.d.

	2018	2017
Receita Operacional Líquida	3.367.619	736.137
Receita operacional bruta	4.917.990	990.202
Receita de serviços	4.649.387	990.202
Receita de serviços - Móvel	3.802.631	-
Receita de serviços - Fixa	846.756	990.202
Venda de mercadorias	268.603	-
Deduções da receita bruta	(1.550.371)	(254.065)
Impostos incidentes	(1.001.961)	(163.283)
Descontos concedidos	(546.091)	(90.782)
Devoluções e Outros	(2.319)	-

27. Custos e despesas operacionais

	2018				2017			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (*)	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(1.545.499)	(859.741)	(339.078)	(2.744.318)	(581.808)	(53.500)	(42.478)	(677.786)
Pessoal	(4.960)	(144.023)	(98.080)	(247.063)	-	(33.803)	(7.247)	(41.050)
Serviços de terceiros	(120.087)	(355.839)	(94.015)	(569.941)	(35.155)	(9.504)	(18.492)	(27.996)
Interconexão e meios de conexão	(365.110)	-	-	(365.110)	(279.772)	-	-	(279.772)
Depreciação e amortização	(690.326)	(27.340)	(126.144)	(843.810)	(154.882)	(1.222)	(13.872)	(169.976)
Impostos, taxas e contribuições	(4.885)	(143.295)	(3.892)	(152.072)	(5.689)	-	(401)	(6.090)
Aluguéis e seguros	(165.500)	(39.845)	(13.786)	(219.131)	(105.909)	-	(1.446)	(107.355)
Custo das mercadorias vendidas	(191.950)	-	-	(191.950)	-	-	-	-
Publicidade e propaganda	-	(53.508)	-	(53.508)	-	(145)	-	(145)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(93.933)	-	(93.933)	-	(8.755)	-	(8.755)
Outros	(2.681)	(1.958)	(3.161)	(7.800)	(401)	(71)	(1.020)	(1.492)

(*) A Companhia promoveu uma análise das melhores práticas contábeis aplicáveis ao seu ramo de atividade, o que resultou na reclassificação da amortização de autorização da rubrica de “Outras despesas operacionais” para “Custos de serviços prestados”, no montante de R\$10.229 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$10.229 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), no sentido de manter a comparabilidade das informações divulgadas.

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

Notas Explicativas**28. Outras receitas (despesas), líquidas**

	2018	2017
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	4.191	403
Multas s/ serviços de telecomunicações	8.780	955
Receita na alienação de ativos	715	-
Outras receitas (i)	221.124	80
	234.810	1.438
Despesas		
FUST/FUNTTTEL (ii)	(29.936)	(8.039)
Impostos, taxas e contribuições	(1.001)	5.563
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(148.771)	(2.228)
Despesa na alienação de ativos	(514)	-
Outras despesas	(5.903)	(435)
	(186.125)	(5.139)
Outras receitas (despesas), líquidas	48.685	(3.701)

(i) Inclui os créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2018, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009 (nota 9). Em novembro de 2018, em virtude do trânsito em julgado, a Companhia registrou o montante de 159 milhões de principal e R\$ 194 milhões de atualização monetária.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

29. Receitas financeiras

	2018	2017
Receitas financeiras	230.565	19.347
Juros sobre aplicações financeiras	21.933	13.284
Juros de clientes	7.896	2.259
Juros swap	(2.308)	-
Juros sobre leasing	4.271	-
Atualização monetária	198.178	3.688
Outras receitas	595	116

Notas Explicativas**30. Despesas financeiras**

	2018	2017
Despesas financeiras	(194.365)	(7.620)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.626)	(4.978)
Juros sobre fornecedores	174	-
Juros sobre impostos e taxas	(2.157)	(67)
Juros swap	(2.204)	-
Juros sobre leasing	(44.947)	-
Atualização monetária	(119.786)	799
Descontos concedidos	(7.994)	-
Outras despesas	(8.825)	(3.374)

31. Variações cambiais, líquidas

	2018	2017
Receitas		
Empréstimos e financiamentos	615	-
Fornecedores	365	33
Juros swap	25.749	-
Outros	1.799	132
	28.528	165
Despesas		
Empréstimos e financiamentos	(25.741)	-
Fornecedores	(1.390)	(21)
Juros swap	(615)	-
Outros	(244)	(138)
	(27.990)	(159)
Variações cambiais, líquidas	538	6

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 36).

Notas Explicativas**32. Despesas com imposto de renda e contribuição social**

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(133.531)	(18.759)
Contribuição social do exercício	(49.726)	(6.903)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	39.958	-
	(143.299)	(25.662)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	712.247	44.554
Contribuição social diferida	253.970	16.039
	966.217	60.593
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	2.090	186
	968.307	60.779
	825.008	35.117

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	708.724	66.383
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(240.966)	(22.570)
(Adições) / exclusões:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias reconhecidas	961.441	57.371
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>		
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(2.884)	-
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	(6.191)	-
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	39.958	-
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	71.073	-
Outros valores	2.577	316
	1.065.974	57.687
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício (nota 1)	825.008	35.117
Alíquota efetiva	(116,41)%	(52,90)%

(*) Conforme mencionado na nota 24 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

Notas Explicativas

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.533.732	101.500
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	10.417.762	4.041.956
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,147	0,025

(b) Diluído

Não há ações potenciais diluidoras na participação dos atuais acionistas. Sendo assim, o cálculo do lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	2018	2017
TIM Celular (8)	-	661.626
TIM Celular (9)	-	11.521
TIM Participações (10)	8.257	3.789
Telecom Italia Sparkle (1)	2.877	-
TI Sparkle (4)	804	1.544
TIM Brasil (5)	13.424	126
Gruppo Havas (7)	75.600	-
Outros	1.091	-
Total	102.053	678.606

Notas Explicativas

	Passivo	
	2018	2017
TIM Celular (11)	-	301.730
TIM Celular (12)	-	279.614
TIM Participações (3)	31.942	1.875
Telecom Italia S.p.A. (2)	89.433	-
Telecom Italia <i>Sparkle</i> (1)	11.895	3.471
TI <i>Sparkle</i> (4)	4.174	-
TIM Brasil (5)	4.904	16
Grupo Vivendi (6)	4.745	-
Gruppo Havas (7)	62.686	-
Outros	959	-
Total	210.738	586.706

	Receita	
	2018	2017
TIM Celular (8)	203.628	251.557
Telecom Italia S.p.A. (2)	858	-
Telecom Italia <i>Sparkle</i> (1)	5.809	-
TI <i>Sparkle</i> (4)	904	691
Total	211.199	252.248

	Custo/Despesa	
	2018	2017
TIM Celular (12)	35.849	45.172
Telecom Italia S.p.A. (2)	62.976	-
Telecom Italia <i>Sparkle</i> (1)	30.123	-
TI <i>Sparkle</i> (4)	18.035	6.044
Grupo Vivendi (6)	9.439	-
Gruppo Havas (7)	301.752	-
Total	458.174	51.216

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

(3) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.

Notas Explicativas

(4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(5) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de colaboradores.

(6) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(7) Os valores referem-se aos serviços de publicidade.

(8) Refere-se a interconexão/cessão de meios e serviços de valor adicionado – VAS. Para o ano de 2018, estão apresentados os efeitos até a data da incorporação.

(9) Referem-se a valores a receber da TIM Celular relativos à reestruturação das atividades da TIM S.A (descontinuidade das atividades de longa distância). Há valores adiantados a fornecedores e funcionários cujas operações / atividades foram transferidos à TIM Celular. Tais valores serão reembolsados para a TIM S.A.

(10) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(11) Refere-se a mútuos contratados junto à TIM Celular S.A., extinto em decorrência da incorporação dessa sociedade pela Companhia em 31 de outubro de 2018 (vide nota 1).

(12) Refere-se basicamente a operações de interconexão e co-billing. Para o ano de 2018, estão apresentados os efeitos até a data da incorporação.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 2018, a Companhia investiu R\$4.637 milhões com recursos próprios em benefício social.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

Notas Explicativas

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	9.816	-
Pagamentos com base em ações	2.678	-
	12.494	-

Em 31 de dezembro de 2017, não havia saldo de remuneração aos administradores, uma vez que os administradores estavam registrados nas sociedades TIM Participações S.A. (controladora) e na TIM Celular S.A., essa última incorporada pela TIM S.A. em 2018 (Nota 1).

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e *opções de compra de dólar especificamente para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, em atendimento ao IFRS 9/CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realizar: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das

Notas Explicativas

taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanham proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro 2018, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. A Companhia possui um cliente que contribuiu com 10,5% das receitas de venda de mercadorias e um cliente que contribuiu com 10,1% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de finanças e tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2018		
	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	81.408	(11.618)	69.790
Parcela circulante	50.769	(2.373)	48.396
Parcela não circulante	30.639	(9.245)	21.394

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2018 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Notas Explicativas

	Ativo	Passivo
2020	7.109	(1.541)
2021	6.282	(1.541)
2022 em diante	17.248	(6.163)
	<u>30.639</u>	<u>(9.245)</u>

Em agosto de 2018, a sociedade incorporada TIM Celular S.A. (Nota 1) optou por adquirir o total de USD 100 milhões em opções de compra de dólar com o objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. O prêmio pago na ocasião foi de R\$ 11,7 milhões, valor este representado no quadro acima, juntamente com as operações de swap já existentes.

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 19 e 15.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2018		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	776.693	81.408	858.101
Ativos financeiros ao valor justo	776.693	81.408	858.101
Derivativos usados para hedge	-	81.408	81.408
Títulos e valores mobiliários	776.693	-	776.693
Total do passivo	-	11.618	11.618
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	11.618	11.618
Derivativos usados para hedge	-	11.618	11.618

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos financeiros de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2018

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.507.538	858.101	6.365.639
Instrumentos financeiros derivativos	-	81.408	81.408
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.968.671	-	2.968.671
Títulos e valores mobiliários	-	776.693	776.693
Caixa e equivalentes de caixa	1.075.363	-	1.075.363
Arrendamento Mercantil - leasing	208.049	-	208.049
Depósitos judiciais	1.213.843	-	1.213.843
Outros valores a compensar	41.612	-	41.612

Notas Explicativas

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	8.277.131	11.618	8.288.749
Empréstimos e Financiamentos	1.663.017	-	1.663.017
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.618	11.618
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.311.604	-	4.311.604
Arrendamento mercantil leasing	1.940.074	-	1.940.074
Dividendos a pagar	362.436	-	362.436
31 de dezembro de 2017			

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	1.098.199	-	1.098.199
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	791.378	-	791.378
Caixa e equivalentes de caixa	198.460	-	198.460
Depósitos judiciais	108.361	-	108.361

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
	463.386	-	463.386
Passivo, conforme o balanço patrimonial	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	44.317	-	44.317
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	419.069	-	419.069

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

Notas Explicativas

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de dezembro de 2018, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2018

CONTRAPARTE						TAXAS MÉDIAS SWAP		
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	43.420	43.420	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	378.595	393.387	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	116.466	116.466	100%	2,18% a.a.	88,20% do CDI

Em junho de 2018, a sociedade controlada TIM Celular S.A. (Nota 1) aproveitou o momento favorável de mercado para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo. O objetivo foi de garantir um custo atraente de 92,59% do CDI para a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira do KfW/Finnvera. O desembolso foi realizado em 17 de setembro de 2018 com o valor nominal em dólares de 40 milhões.

Em agosto de 2018, a referida sociedade adquiriu opções de compra de USD 100 milhões com strike a R\$ 4,00, com objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. As opções foram divididas em 9 vencimentos de US\$ 11,1 milhões (outubro de 2018 à junho de 2019) e foram adquiridas pelo valor inicial de R\$ 11,7 milhões considerando um spot de referência no momento da compra de R\$ 3,7655. Devido à alta do dólar e à redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a sociedade liquidou antecipadamente os vencimentos de outubro de 2018 e novembro de 2018 pelo valor de R\$ 5,6 milhões, considerando um spot de referência no momento da venda de 4,157. Em novembro de 2018, considerando a proximidade dos vencimentos e a redução na

Notas Explicativas

exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019 pelo valor de R\$ 1,0 milhão, considerando um spot de referência no momento da venda de 3,807. Em 31 de dezembro de 2018, o valor remanescente teve seu valor contábil registrado de R\$ 4,1 milhões – Ativo (spot de referência do dólar de R\$ 3,8748).

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	2018	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (Cisco e KFW)	549.393	549.393	700.368	869.825
A) Δ Variação Acumulada Dívida			150.975	320.432
Valor justo da ponta ativa do swap	549.393	549.393	700.368	869.825
Valor justo da ponta passiva do swap	483.503	483.503	470.044	467.868
Resultado swap	1.032.896	1.032.896	1.170.412	1.337.692
B) Δ Variação Acumulado Swap			137.516	304.797
C) Resultado final (B-A)			13.459	15.635

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI, ii) Libor e; iii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
LIBOR	2,88%	3,59%	4,31%
USD	3,8748	4,8435	5,8122

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulgou o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos três cenários mencionados.

Notas Explicativas

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de dezembro de 2018 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2018
Resultado líquido em operações de USD x CDI	20.621

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2018	2017
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 19 e 36)	1.674.635	44.317
Arrendamento Mercantil - Passivo (Nota 15)	1.940.074	
Arrendamento Mercantil - Ativo (Nota 15)	(208.049)	
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(1.075.363)	(198.460)
FIC (Nota 5)	(771.464)	
Dívida Líquida - Não auditado	1.559.833	(154.143)
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) - Não auditado	1.515.798	294.859
Índice de alavancagem financeira (*) - Não auditado	0,98	(0,52)

(1) Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:

Lucro Líquido do exercício	1.533.732	101.500
Depreciações e amortizações	843.812	169.975
Resultado Financeiro Líquido	(36.737)	(11.733)
Imposto de renda e contribuição social	(825.008)	35.117
LAJIDA (EBITDA) (Não auditado) (**)	1.515.799	294.859

(*) A variação no índice inclui o efeito da venda de torres.

(**) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization*

Notas Explicativas

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos	Partes relacionadas - mútuo (*)
31 de dezembro de 2017	44.317	-	-	301.730
Saldo de empresa incorporada	1.764.662	1.923.367	(55.492)	(150.835)
Ingressos	-	10.724	-	-
Encargos financeiros	30.399	44.987	4.512	-
Variações cambiais, líquidas	25.126	-	(25.133)	-
Pagamentos	(201.486)	(39.004)	6.323	(150.895)
31 de dezembro de 2018	1.663.018	1.940.074	(69.790)	-

(*) Conforme mencionado na nota 12, refere-se ao mútuo extinto no momento da incorporação da TIM Celular pela Companhia (vide nota 1).

37. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$37.705.747
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000

Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)

R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

Notas Explicativas

38. Compromissos

Aluguéis

A Companhia aluga equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

	5.895.699
2019	1.088.506
2020	1.132.046
2021	1.177.328
2022	1.224.421
2023	1.273.398

39. Eventos subsequentes

Emissão de debêntures

Em janeiro de 2019, a Companhia, emitiu R\$ 1.000 milhão em Debentures Simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória da sociedade controladora TIM Participações S.A., para distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476. Os recursos serão destinados ao reforço de capital de giro e serão remunerados a 104,10% do CDI pelo prazo de 18 meses.

Compartilhamento de infraestrutura e outros projetos entre TIM e VIVO

Em julho de 2019, a TIM S.A. e a Telefônica Brasil S.A. assinaram um memorando de entendimentos ("MOU") com o objetivo de iniciar discussões sobre: (i) compartilhamento de rede 2G no modelo *Single Grid*; (ii) estabelecimento de novos acordos de compartilhamento de infraestrutura de rede 4G na faixa de 700Mhz, direcionados a cidades com menos de 30 mil habitantes, o que poderá ser, posteriormente, expandido a cidades maiores; (iii) outras oportunidades de compartilhamento de rede em outras frequências e tecnologias; e (iv) outras oportunidades de eficiência e redução de custos em Operação e Manutenção de Redes. TIM e Vivo entendem como benéficos os possíveis desdobramentos destas discussões em relação à melhoria na qualidade de serviço para clientes de ambas as operadoras, bem como a eficiência na alocação de investimentos e nos custos operacionais.

Distribuição de JSCP

O Diretoria da Companhia aprovou em 30 de julho de 2019, a distribuição de R\$ 480.000 a título de Juros sobre Capital Próprio ("JSCP"), tomando como base o resultado do período encerrado em 30 de junho de 2019. O pagamento ocorrerá até o dia 14 de novembro de 2019.

Notas Explicativas

O pagamento aprovado faz parte de uma projeção de distribuição de um montante estimado em R\$ 1,2 bilhão, aproximadamente, a título de JSCP, referente ao exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2019.

Crédito fiscal referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS

Em junho de 2019, em virtude do trânsito em julgado a favor da Companhia, reconhecendo o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, foi apurado e registrado montante de R\$ 2.875 milhões, sendo R\$ 1.720 milhões de principal e R\$ 1.155 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A, incorporada pela TIM S.A em outubro de 2018).

Adicionalmente a esse crédito tributário contabilizado no 2T19, o último processo da TIM S.A. (distribuído originalmente sob a denominação de Intelig) também teve seu trânsito em julgado no terceiro trimestre e 2019. Portanto, a Companhia registrou o crédito em aproximadamente R\$ 146 milhões, dos quais R\$ 74 milhões de principal e R\$ 72 milhões de atualização monetária.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
TIM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TIM S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reemissão das demonstrações financeiras

Em 20 de março de 2019, emitimos relatório de auditoria, sem ressalvas, sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais estão sendo reapresentadas para permitir a inclusão de divulgações adicionais visando a sua adequação aos requisitos contábeis para o propósito descrito na nota explicativa 2(d). Os valores correspondentes ao exercício anterior também foram reapresentados para fins de comparação. Desta forma, este relatório de auditoria substitui o anteriormente emitido em 20 de março de 2019.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita ("unbilled" – Notas 3(e) e 26)

O processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da estimativa contábil referente a apuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período ("unbilled").

A eventual inadequação dos controles internos, e o fato de que a metodologia para o cálculo dessa estimativa envolve a utilização de vários relatórios gerados pelos sistemas informatizados da Companhia, bem como entradas manuais, pode ocasionar o

processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, essa foi uma área de foco no decurso de nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de receitas de serviços de telecomunicações, bem como avaliação dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam o referido processo de negócio.

Ainda, avaliamos as principais premissas e o modelo de cálculo utilizado pela Companhia para mensuração da receita incorrida e não faturada ("unbilled") ao final do exercício. Também, efetuamos testes específicos para observar a captura do tráfego de voz e dados pela plataforma operacional de faturamento pós-pago ("billing") da Companhia, incluindo teste sobre a tarifação do tráfego pelos preços acordados no contrato, bem como teste de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação da referida estimativa.

Consideramos que a metodologia utilizada pela administração da Companhia para calcular a estimativa da receita incorrida e não faturada é razoável.

Ágio fundamentado em rentabilidade futura (Notas 3(a) e 14(d))

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo contábil do ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, em função de combinações de negócios, é de R\$ 1.160 milhões, sendo que o teste do seu valor recuperável (teste de impairment), envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia.

Como divulgado, esse valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como outras premissas adotadas no julgamento da administração, sendo que condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas.

Em função dos aspectos acima mencionados esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação dos controles internos relevantes que suportam o processo de determinação do valor recuperável do ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Também, confrontamos as informações utilizadas no referido teste de impairment com o Plano aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia, avaliamos a razoabilidade do modelo de cálculo e das premissas financeiras e econômicas relevantes utilizadas, efetuamos teste de sensibilidade sobre as premissas chaves utilizadas pela Companhia, bem como avaliamos a existência de eventuais informações que pudessem contradizer as premissas de crescimento definidas pela administração.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para contingências tributárias (Notas 3(c) e 23)

A Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 16.788 milhões, para os quais, com base em opinião de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R\$ 180 milhões.

A determinação do valor da provisão e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da administração, a partir da análise dos processos e de correspondentes prognósticos de seus consultores jurídicos.

Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Diante do exposto, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes referentes ao processo de contingências tributárias, bem como avaliação dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esse processo.

Ainda, solicitamos e obtivemos confirmação junto a todos os consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas tributárias da Companhia, confirmando valores e prognósticos do processo, conforme determinado pela administração da Companhia.

Adicionalmente, obtivemos, para os processos tributários de maior relevância, opiniões de outros consultores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos, jurisprudências e/ou estratégia de defesa adotada pelos consultores jurídicos da Companhia.

Com base nos procedimentos executados, consideramos as estimativas da administração relacionadas à divulgação e à provisão para contingências tributárias consistentes com as informações e documentos apresentados.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adoção dos novos pronunciamentos contábeis (Nota 2(e))

Os pronunciamentos contábeis “IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente” e “IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros”, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a administração da Companhia decidiu pela adoção dessas novas normas com reconhecimento do efeito da transição no patrimônio líquido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018.

A aplicação dessas normas compreendeu significativo envolvimento da administração da Companhia em diversas atividades, tais como: (i) revisão do portfólio de contratos comerciais; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) definição de determinadas premissas e modelo para alocação do preço entre as obrigações de desempenho; (iv) desenvolvimento de controles manuais e automáticos para adequada captura, mensuração, registro e divulgação das transações e saldos nas demonstrações financeiras; (v) determinação do modelo de cálculo para mensuração da perda esperada sobre os ativos financeiros, dentre outros. Como resultado, a Companhia reconheceu no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018, uma redução do seu patrimônio líquido no montante de R\$ 1,5 milhão, líquido dos efeitos tributários.

Em relação ao “IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil”, que será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, a administração da Companhia decidiu pelo método de adoção com reconhecimento do efeito da transição no patrimônio líquido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019.

Em decorrência da natureza do segmento de telecomunicações, a Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento mercantil operacional em virtude de diversos arrendamentos de compartilhamento de infraestrutura de rede com demais operadoras participantes do mercado, sendo esses pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato.

Dessa forma, em virtude da implementação desse novo pronunciamento contábil, a Companhia registrou um acréscimo nos passivos de arrendamento mercantil em virtude do reconhecimento do direito de uso dos ativos, em 1º de janeiro de 2019, pelo montante aproximado de R\$ 5.256 milhões, que inclusive impactará determinados indicadores financeiros da Companhia.

Portanto, em razão desses aspectos, esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste dos controles internos relevantes estabelecidos pela administração da Companhia, com o objetivo da avaliação dos impactos quantitativos e qualitativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção dessas normas contábeis.

Ainda, efetuamos leitura dos memorandos contábeis técnicos preparados pela administração da Companhia e obtivemos entendimento e avaliamos o desenho e efetividade dos principais controles internos específicos, incluindo os sistemas relevantes de tecnologia da informação, implementados nos processos de negócio diretamente impactados por essas normas contábeis, que objetivam suportar a adequada captura, mensuração, registro e divulgação das transações e saldos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, efetuamos testes específicos que incluíram: (i) validação dos relatórios e/ou ferramentas implementadas pela administração da Companhia para garantir a totalidade e integridade dos contratos comerciais e de arrendamentos, bem como da adequada captura e mensuração dos saldos e transações registradas e divulgadas nas demonstrações financeiras; (ii) teste por meio de amostragem não estatística dos contratos de clientes e de arrendamento; (iii) entendimento das principais premissas utilizadas pela administração da Companhia para determinação dos impactos da adoção dessas normas contábeis, bem como exceções adotadas conforme permitidas pelas normas; dentre outros procedimentos.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que as principais premissas e estimativas da administração da Companhia relacionadas à captura, mensuração, registro e divulgação dessas novas normas contábeis nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações e documentos apresentados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos

nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC RJ056588/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 02.421.421/0001-21

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), Adrian Calaza (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer), Jaques Horn (Diretor Jurídico) e Alberto Mario Griselli (Chief Revenue Officer), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2019.

PIETRO LABRIOLA
Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI
Chief Revenue Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 02.421.421/0001-21

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), Adrian Calaza (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer), Jaques Horn (Diretor Jurídico) e Alberto Mario Griselli (Chief Revenue Officer), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers ("PwC"), referente às Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2019.

PIETRO LABRIOLA
Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI
Chief Revenue Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico